

SESSÕES DO PLENÁRIO

27ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 31 de março de 2015.

PRESIDENTE: ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do Expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Vítor Bonfim comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 25/03/2015.

Do Deputado Marquinho Viana comunicando que, devido a

compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 17 e 18/03/2015.

Do Deputado Leur Lomanto Júnior solicitando licença médica entre os dias 31/03/2015 a 10/04/2015 para tratamento de saúde.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - Para iniciar, deputada Luiza Maia. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Alan Castro, por 5 minutos.

O Sr. ALAN CASTRO:- Sr. Presidente, demais deputados, pessoal da Galeria, meu pronunciamento hoje é para falar sobre o Dia da Saúde e Nutrição, 31 de março, criado com o objetivo de conscientizar a população para a importância da saúde e boa alimentação.

É também uma boa ocasião para que todos pensem sobre como podemos contribuir para uma boa saúde e alimentação das pessoas. Como médico e deputado, acredito estar fazendo a minha parte, trazendo informações que podem ser úteis para a comunidade.

Primeiro, é preciso lembrar que se alimentar bem não é apenas satisfazer a fome. Ter uma alimentação saudável inclui alimentos necessários para o bom funcionamento do corpo humano, que aumentará a qualidade de vida. Para comer bem é preciso usar menos alimentos processados, consumir mais alimentos naturais e frescos. Também é preciso praticar atividades físicas para regular a saúde e estimular a resposta do corpo aos nutrientes.

É possível seguir uma dieta regular e equilibrada que possa fornecer a quantidade e variedade adequadas de nutrientes para as células do nosso corpo. Para ajudar nessa tarefa, o Ministério da Saúde desenvolveu um guia alimentar, muito interessante, que vocês podem baixar no site desse Ministério.

A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental, social, no qual a pessoa pode estar livre de doenças e se sente bem fisicamente. Já a nutrição é a área da saúde que cuida dos alimentos. A boa alimentação começa cedo, desde o nascimento, com o aleitamento materno, que deve ser exclusivo durante os 6 primeiros meses e estender-se até 2 anos de idade. O excesso de peso, além de prejudicar a autoimagem, no futuro pode provocar problemas de saúde, como diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares e obesidade mórbida. Pequenas mudanças na alimentação terão um grande valor na prevenção de doenças cardiovasculares no futuro.

Essas, minhas amigas e meus amigos, são informações básicas sobre a boa alimentação. Agradeço a atenção de todos e queria registrar nosso aplauso aos nutricionistas pelo seu trabalho em defesa da saúde e da boa alimentação de milhões de brasileiros.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Manezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, aqui desta tribuna, dar os parabéns ao deputado presidente da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública e também ao presidente da Comissão de Saúde e Saneamento pelas audiências que fizeram hoje. Quero agradecer ao deputado José de Arimatéia, mas não me crie mais problemas, deputado. V.Ex^a sabe que Camaçari já é um poço de problemas e V.Ex^a ainda me cria uma situação daquela na frente da vice-prefeita e dois vereadores da base do homem. Deixe-me, como se diz, libere-me.

Queria dizer ao deputado Marcelino Galo da importância da leitura do relatório da Comissão da Verdade. São momentos que nos emocionam, porque lembramos do que passamos naquele período. Quero aqui deixar registrado meus parabéns e meus aplausos para ele.

Nesse final de semana último, realizamos um protesto na Estrada do Coco, no sentido de alertar o nosso governador sobre a mudança da praça do pedágio. O povo de Camaçari, especialmente a comunidade de Vila de Abrantes que nunca pagou pedágio, hoje se sente ameaçada por essa possibilidade. Espero que mesmo com a insensibilidade do prefeito Ademar, que ele ouça as vozes das pessoas na pista e faça essa discussão com o governador, como já fizemos. Porque se tiver que ter o pedágio lá que seja dentro da via expressa que está sendo construída.

Também quero fazer um apelo ao meu presidente Marcelo Nilo que tem feito umas falas desqualificando-me como ausente e que joga para a plateia, mas acho que tenho o direito de ter minhas opiniões sobre essas questões. Enquanto dizer que sou ausente na sessão, até agora – nesse novo período – tive apenas uma falta porque estava doente. Acho que o debate da não aprovação desse aumento da verba de deputados é econômico e político, e não pessoal, tentando desqualificar uma simples deputada do baixo clero, só porque discordamos.

É um apelo que faço ao Sr. Presidente, topamos a discussão, apelo também aos novos deputados, não é um momento propício. Precisamos ganhar a simpatia da população. Acho que não aceitar esse aumento é fazer um gesto para a nossa sociedade de solidariedade, de apoio pela crise que o país vive hoje, o Estado também, e fica parecendo que apenas legislamos em causa própria. Não acho justo, assim como não deveríamos ter aceitado o aumento em nossos subsídios. O meu debate é um debate político, acho que esta Casa tem uma estrutura muito boa para o deputado trabalhar, não precisamos de mais. Isso fica para a população como uma afronta, como se estivéssemos desrespeitando as dificuldades dos trabalhadores que estão aí sendo ameaçados de demissão ou demitidos pela crise econômica e ajustes. Inclusive apelamos para a nossa presidente Dilma para que realmente não fique a conta do ajuste fiscal nas costas do trabalhador.

Por fim, quero solidarizar-me com o deputado Gusmão que veio aqui pedir pela revisão das taxas de vistoria do Detran. Acho que está errado. Não compreendi

até hoje porque o governador Rui teve que chamar para a sua base um partido de oposição. Para nós de Camaçari não foi uma questão muito legal, somos oposição. Mas acho que o diretor do Detran precisa pensar também nesse momento que o país está vivendo e não quer arrotar as pessoas que usam o serviço com taxas e mais taxas.

Quero registrar o meu apoio a essa batalha, apelar para esta Casa na medida do possível para que a gente rejeite essa proposição de aumento, porque acho realmente que não é o momento adequado.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, profissionais da imprensa, quero cumprimentar as Galerias, em nome do prefeito Beto Maradona, de Caculé, que se encontra aqui prestigiando esta sessão, há dois meses, estamos aqui a trabalhar, tentando buscar soluções para os problemas que afligem a nossa população e que são importantes para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Tenho tentado colocar em prática algumas ideias, alguns pensamentos, e tentado transformar isso em proposições que venham a ser analisadas por esta Casa para, quiçá, tornarem-se políticas públicas que possam ser adotadas. No entanto, deparo-me com um óbice intransponível.

Vivemos, no Brasil, uma concentração de poder do governo federal. Além da concentração da parte financeira, também a concentração na competência para legislar sobre quase todas as matérias. No Brasil, para quase tudo a competência para legislar é da União. Acresça-se a isso, algumas matérias em termos de União são privativas do presidente da República a sua iniciativa. Então se torna muito restritiva a participação, muito restritivo o trabalho das Casas Parlamentares.

Mas, para minha surpresa, aqui na Bahia, quando da promulgação da Constituição do Estado, essa restrição, Herzem, tornou-se maior, acresceu-se à Constituição do Estado da Bahia um parágrafo que torna, senão a totalidade, mas quase a totalidade dos projetos de iniciativa dos parlamentares em inconstitucionais. Daí que estou tendo a ousadia de querer trazer o debate para esta Casa, de fazer uma proposição de uma emenda constitucional, que é legal e constitucional, para excluirmos da Constituição do Estado da Bahia o inciso VII do art. 77: (Lê) “Art. 77. São de iniciativa privativa do Governador do Estado os projetos que disponham sobre: ... inciso VII- organização administrativa e serviços públicos, que impliquem aumento ou redução de despesas”.

A Constituição da Bahia deveria ser simétrica à Constituição federal, ou seja, repercutir na Constituição do Estado aquilo que está na Constituição federal. Mas aqui na Bahia foi acrescentado esse inciso, essa vedação, e por isso houve a restrição. E

nós deputados estamos aqui hoje neste Parlamento, da forma como está, para apenas podermos homologar as decisões administrativas dos governadores que passam, os da Situação, porque nós da Oposição não temos nenhuma opção dado o número de deputados, de decidirmos se sim ou se não.

Por isso estou preparando essa emenda constitucional e precisarei do número de 21 deputados para poderem, junto comigo, apresentarmos. Espero contar com esses deputados para apresentarmos essa emenda constitucional e trazermos essa discussão para esta Casa. Entendo que é do interesse de todos os deputados da Situação e da Oposição para tornarmos esta Casa mais produtiva, mais efetiva e com capacidade de cumprir a sua finalidade primeira que é de legislar, criar leis, ter iniciativa.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Boa-tarde, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, venho aqui, hoje, parabenizar a passagem do aniversário da nossa querida capital da Bahia, município de São Salvador, que fez 466 anos no último final de semana. Nos últimos momentos, nos últimos dois anos, nossa cidade tem recuperado a alegria e a felicidade dos seus moradores e das pessoas que a visitam. E sabemos que aí são incluídas pessoas do mundo todo que voltaram a sorrir, voltaram a frequentar, a gostar e a bater no peito dizendo que visitou Salvador e que foi bem acolhido, uma cidade limpa e bem cuidada.

Na passagem desses 466 anos, também não posso deixar de parabenizar o prefeito ACM Neto que vem fazendo um modelo de gestão, independente dos governos estadual e federal, com bons projetos, com um bom planejamento. Mostrando que é possível governar e fazer um trabalho sério como a população merece e como as pessoas, hoje, têm cobrado dos políticos.

E aí, colegas deputados, temos que fazer uma reflexão no momento em que temos um governo do Estado que está completando oito anos e três meses de governo e até agora não mostrou para o que veio. Um governo frágil, com uma equipe frágil. Hoje, recebemos aqui, na Comissão de Finanças desta Casa o diretor do Detran, Sr. Maurício Bacelar, que veio e não respondeu nada, porque realmente o Detran não tem projetos. Assim como o governo todo. Se lança um projeto, deputado Soldado Prisco, lança como ontem o governador Rui Costa lançou dizendo que ainda veria a modulação do que seriam as compensações, a forma de parabenizar os professores que trabalhassem melhor. Faz muita espuma num projeto totalmente incipiente que não diz como começa, qual o meio e o fim. Assim como esse governo sempre começou e terminou.

Inquiri o Sr. Diretor do Detran, Sr. Maurício Bacelar, perguntando sobre o aumento nas taxas do Detran que perfazem, na sua média, 130%, se aquilo era fruto

de uma má gestão de oito anos, que o Detran teria que compensar aumentando as taxas dessa forma tão absurda, ou se aquilo era, realmente, um abuso com a população. Porque a população sofre num momento desse de crise e tem que aguentar aumentos abusivos a todo o tempo. Infelizmente, quando não se tem planejamento e gestão dá nisso.

Temos o exemplo do prefeito ACM Neto que, num momento de crise, anda na contramão até do que está acontecendo no país anunciando e inaugurando obras a todo instante. Obras relevantes como postos de saúde, escolas, praças, parques, avenidas, programas a médio e longo prazo. E temos, aí, um governo do Estado que lança um projeto para a educação e, infelizmente, bota o resto do corpo de fora, mostrando o número dos analfabetos, os índices escolares dos últimos oito anos, que são uma vergonha para este Estado.

Mais uma vez, o governador Rui Costa, quando discursa, parece um governador de oposição aos últimos oito anos do governo do Estado. É um governo de continuísmo e nós, deputados de oposição, temos que estar aqui para cobrar, alertar a todo instante e dizer que ou se muda essa forma de gestão sem planejamento ou vamos cada vez mais afundar o nosso Estado. As perspectivas para 2015, 2016 são péssimas, ou se faz uma gestão responsável ou infelizmente passaremos dois, quatro anos de enormes dificuldades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Plenário desta Casa, Galerias, colegas de imprensa, hoje, pela manhã, em mais uma reunião da Comissão de Orçamento Finanças e Fiscalização, presidida pelo jovem deputado Alex Lima, ficou quase provado o grande erro, não tenho dúvida, que esta Casa cometeu no ano passado.

Fui agora a Brasília, na Unale, e fica uma advertência para o parlamento brasileiro: deputados e vereadores se tornam defensores de gestores. Vereadores que defendem prefeitos, deputados que defendem governadores e se esquecem dos interesses da sociedade. A cobrança da vistoria veicular aprovada nesta Casa, no ano passado, eu diria que é inconstitucional, e cabe a esta Casa reparar esse grave erro.

Quero agradecer a deputada Luiza Maia, do PT, que está em sintonia com o PT do Mato Grosso do Sul; lá, o PT está derrubando a vistoria veicular. E o que é muito grave, hoje pela manhã, o diretor do Detran disse que o governo perdeu o controle, o governo não pode atuar em relação às empresas terceirizadas que são economia de mercado. Foi confessado hoje que o governo não tem nenhuma autoridade sobre as cobranças dessa taxa considerada inconstitucional.

Temos aqui, já mostrei, um decreto legislativo de deputados do PT do Mato Grosso do Sul, deputados Pedro Kemp, Cabo Almir, João Grandão e Amarildo Cruz

que estão derrubando essa indecência que é a cobrança da vistoria veicular. Fiz uma solicitação hoje pela manhã e o presidente acatou, deputado Alex Lima, no sentido de avaliar a inconstitucionalidade da cobrança dessa vistoria. Nós, deste Parlamento, precisamos reparar esse grave erro.

Vejo o presidente desta Casa deputado Marcelo Nilo destacando a postura deste Parlamento como um dos mais austeros do Brasil. Segundo ele, durante os 25 anos de sua presidência as sessões temáticas nunca trabalharam tanto e destacou a segunda-feira com um quórum surpreendente. Precisamos aproveitar a credibilidade que pelo menos o Parlamento da Bahia possui em relação a essas colocações do deputado Marcelo Nilo nesse momento para evitarmos esse desgaste. Precisamos sair em defesa da população baiana. Repito que essa cobrança da vistoria veicular é indecente, é imoral.

Hoje, o diretor do Detran acabou informando, em outras palavras, que o governo da Bahia criou uma reserva de mercado e que não tem autoridade para barrar essa inconstitucionalidade. Apelo aos deputados do PT para que sigam o exemplo de Mato Grosso do Sul. Precisamos reparar esse erro, erro grave, grosseiro que foi cometido no ano passado e que, segundo nosso Líder, deputado Sandro Régis, não contou com o apoio dos deputados da Oposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Alan Sanches, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, muito obrigado por me ceder esse horário.

Deputados, deputadas, demais cidadãos que acompanham esta sessão, hoje gostaria de falar sobre a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa. Na quinta-feira passada, estivemos eu, a deputada Fabíola Mansur, os deputados Manassés e José de Arimatéia, vice-presidente da nossa querida Comissão, no Ceará. O intuito era trazer informações para V.Ex^{as} sobre os consórcios e as policlínicas que serão instalados no Estado da Bahia.

Pudemos conhecer in loco uma policlínica instalada há 1 ano e 3 meses no Ceará, na Região Metropolitana de Fortaleza, Município de Caucaia. A impressão que tivemos foi extremamente positiva para trazer para o nosso Estado. Mas devemos aprender já com as adaptações que acontecem lá, na policlínica, no Ceará, a fim de trazer um modelo adaptável à Bahia. Não é necessário que se traga o pacote fechado e pronto para o nosso Estado.

Por exemplo, existe um serviço de fisioterapia que é excelente. Hoje, existe uma dificuldade em todos os municípios para se fazer o tratamento de fisioterapia. Mas como se trata de um consórcio, os municípios que estão distantes, deputado Marcelino Galo, não têm condições de realizar a fisioterapia. Diferentemente de um exame, a fisioterapia é um tratamento.

O nosso querido Bobô, meu amigo, parceiro aqui, nesta Casa, o deputado Raimundo Bobô, sabe que o tratamento de fisioterapia precisa de 20, 30, 40 sessões. V.Ex^{as} imaginem um município distante 200 km do consórcio e a pessoa vai ter que fazer, no mínimo, três vezes por semana. Aham que alguém, em sã consciência, vai-se deslocar 200km de ida mais 200km de volta, de ônibus, para fazer o tratamento? Voltará pior do que quando chegou para fazer a fisioterapia. A fisioterapia só será utilizada no município sede, onde está instalada a policlínica. Então, é um serviço que deve ser repensado.

Nesse local poderíamos colocar outros exames em que há uma necessidade permanente dos pacientes, que é um eletroneuromiografia, que V.Ex^{as} sabem que não se faz, hoje, pelo SUS. As pessoas ficam na fila – sem exagero – por 4 anos. Há uma fila de mais de 3 mil pessoas para fazer esse exame. Um duplex scan, que é o ultrassom das carótidas para pessoas que tiveram AVC. Quando de uma consulta com um angiologista ele já pede o exame dos membros inferiores. Então, esse pode ser instalado nas policlínicas. E o fundamental, o exame de ressonância.

Desafio, aqui, um deputado, dos 63 desta Casa, que não receba uma solicitação de um pedido de ressonância.

Então, já que queremos descentralizar a saúde, seria necessário colocar nas policlínicas não só o exame de tomografia, mas, também, o exame de ressonância, pois ele é extremamente importante para o diagnóstico caso se tenha uma lesão na coluna. Para falar em termos menos médicos, para se dar um diagnóstico de uma lesão do ligamento do menisco do joelho, duma lesão no pé, no tornozelo, você precisa de uma ressonância. Então, é extremamente importante hoje no nosso aparelho diagnóstico o aparelho de ressonância, não só a tomografia.

Nós vamos fazer na nossa Comissão um apanhado com os demais deputados. A deputada Fabíola estava presente lá. Discutimos isso no nosso retorno e concordávamos que precisa, sim, de um aparelho de ressonância, que deve estar em torno de 3 milhões de reais, mas dará um retorno muito grande para o município.

A policlínica é algo extremamente positivo para o nosso Estado, mas precisa de algumas adaptações. Essas seriam as sugestões que eu poderia fazer. A deputada Fabíola também concorda que esses exames precisam ser realizados por essas policlínicas, fazendo-se as adaptações necessárias. Inclusive lá no Ceará elas já passam por algumas adaptações, como as que serão realizadas agora nos exames de colonoscopia, que a partir dos 40 anos já se tornam de rotina, para V.Ex^{as} terem que fazer a partir dessa idade.

Agradeço ao Sr. Presidente pela tolerância. Muito obrigado, senhoras e senhores.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas,

subo a esta tribuna para fazer coro com uma das falas que me antecedeu, sobre as razões e a pertinência de este Parlamento tratar de questões estruturantes. Todos os dias, desde que entramos nesta Casa, vemos um ou outro deputado subir aqui para reclamar de duas coisas que, de fato, atrapalham substancialmente o trabalho dos deputados: o Regimento impreciso, dúbio e a necessidade de se rever a ampliação restritiva que existe hoje na Constituição baiana, apequenando ainda mais as possibilidades de trabalho deste Poder. Isso é verdadeiro e é manifestado.

Entretanto não entendemos as forças ocultas que impedem que esse caminho seja trilhado a benefício ou em benefício do Legislativo. Inclusive o deputado Gildásio Penedo fez uma profunda pesquisa sobre essa matéria. Nós devemos pegar esse espaço, essa janela de oportunidades e trazer o nosso Parlamento para a simetria em relação aos demais Estados. Concorro com o parlamentar de oposição que no primeiro momento falou aqui, o deputado Luciano Ribeiro. Essa é uma tarefa deste Parlamento.

Mas também vale a pena lembrar de que Salvador há muito tempo carecia - só para exemplificar - de obras estruturantes de mobilidade urbana. Foram 14 anos em que o metrô não foi para lugar algum, e está lá uma série de questões até então não respondidas. Vias estruturantes cortando uma península que é uma esquina da nossa bela capital. A primeira das grandes intervenções em articulação com o governo federal foi aquele ponto difícil de transpor em frente ao aeroporto. Depois, a Via Expressa, uma das obras estruturantes de maior valor para o Estado da Bahia; o metrô; as duas vias transversais que vão dar uma nova roupagem para a nossa bela cidade.

Quantos anos, deputada Maria del Carmen, V.Ex^a que presidiu a Conder, quantos anos esperamos? Mais de 60 anos com apenas uma UFBA. Temos seis Universidades Federais hoje.

Quantos eram os leitos de UTIs à disposição? Aqui na Bahia havia 311, e temos mil cento e alguma coisa atualmente. Mas ainda é pouco. Qual a cobertura da Atenção Básica à Saúde no município de Salvador até então? Aqui tem vários deputados médicos. Por que não deram atenção para a saúde preventiva nesta capital? Esta cidade não tem uma unidade hospitalar própria. Por que essa escolha, por que tanto tempo? Os tempos estão mudando.

O ex-governador Jaques Wagner recebeu, no momento em que começou a governar, um Estado com mais de 2 milhões de analfabetos. Foi esse o legado, essa a informação. A Embasa não tinha um projeto estruturante para captar recursos no governo federal, um sequer. Era uma vergonha para a Bahia.

O governo Jaques Wagner investiu 7 bilhões de reais em oito anos para melhorar o saneamento estadual. A Empresa Baiana de Águas e Saneamento iria ser privatizada, o dinheiro veio adiantado da Caixa Econômica Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, tive a honra, o privilégio e a oportunidade, hoje pela manhã, de participar da reunião da nossa Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Atendendo o convite dela, o diretor-geral do Detran também se fez presente nesta terça-feira, nos expondo a polêmica criada com a cobrança da terceirização da taxa de poder de polícia.

A maioria dos deputados - como bem falou o nosso querido deputado Herzem Gusmão aqui - questionava o problema do reajuste, da majoração muito elevada daqueles valores da taxa de poder de polícia cobrada, sobretudo nos casos de vistoria veicular. Da mesma forma, concordamos que a majoração é elevada.

Mas tive a oportunidade de colocar na Comissão que muito mais graves do que a majoração são os critérios praticados pelo Detran para a terceirização desse serviço. Mais do que isso: a cobrança da taxa do poder de polícia é uma prerrogativa do Estado. O Estado não pode passar a responsabilidade para o terceirizado trabalhar o valor da taxa de acordo com o mercado. Isso é simplesmente inconstitucional.

Somos favoráveis à terceirização. Entendemos que isso é mais atual, mais moderno. Entretanto os critérios para que seja feito têm de atender os princípios legais.

Quero dizer, meu caro presidente e meu nobre deputado Alex, que o nobre diretor Maurício Bacellar, que assumiu a direção do Detran há pouco mais de dois meses, não tem nenhuma culpa pelos fatos que estão acontecendo. Ele tem, sim, a oportunidade de reparar os erros que foram cometidos ali.

O diretor-geral reconheceu a falhas que ocorrem na terceirização com toda a gentileza e humildade. E o mais importante: afirmou que leva da nossa Comissão uma grande contribuição e tomará as providências para que essas falhas sejam sanadas, sobretudo quanto à oportunidade que se dá ao terceirizado de manipular preços públicos. Essa é uma prerrogativa do Estado. É uma prerrogativa do Poder Público. O que se tem de fazer é acabar com a precariedade da terceirização e convocar uma concorrência, um chamamento público para de forma criteriosa, com preços estabelecidos - aí, sim -, terceirizar-se esse serviço para que ele possa ser pulverizado em toda a Bahia facilitando, de fato, a vida do cidadão baiano.

Quero aproveitar, ainda, este restinho de minuto que tenho para até elogiar o governo estadual quando tem comemorado a diminuição do índice de violência na capital e na Região Metropolitana. Entretanto é bom que o secretário da Segurança Pública e o governador voltem os olhos para o interior da Bahia. Ultimamente, os marginais têm invadido e tomado conta das nossas cidades. Ainda hoje recebi notícias de Correntina. Os marginais atacam comona época do banditismo, dos caubóis, estourando caixas bancários, incendiando carros! Nesta terça-feira, foi em Correntina. Na semana passada, aconteceu em Cairu. Na retrasada, em Chorrochó. E assim tem sido por todo o interior do Estado.

Fazemos então um apelo ao governador e ao secretário da Segurança - concluindo, Sr. Presidente – para que voltem os olhos para a questão da segurança pública no interior da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Menezes, pelo tempo restante.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, deputados Targino e Luciano, tenho usado esta tribuna para falar sobre o que acontece em nosso País. Ou os homens públicos ou o Congresso Nacional tentam acabar com a impunidade reinante, ou acabará o Brasil. O deputado Hildécio falou sobre a bandidagem em todas as cidades. Explosões de caixas eletrônicas e assaltos a ônibus diariamente. Nestes últimos dias, Sr. Presidente, a imprensa nem fala mais.

A cada dia é um escândalo, deputado Pablo. Na Caixa Econômica Federal do Ceará, amigos de alguns gerentes falsificaram documentos de empresas. Foi um rombo de milhões lá! Semana passada, no Rio de Janeiro, na região dos Lagos, na CEF também houve falsificação de escrituras, deputado Joseildo, com a liberação de milhões! E mais rombos!

Devem vir outros escândalos, que a imprensa nem fala mais nada. Talvez por não ter político diretamente envolvido. Mais um já veio. Dizem que é um dos maiores escândalos do País, maior até do que o da Petrobras. Esse é de funcionários graduados da Receita Federal, um órgão tão respeitado na nossa Nação. Deputado Marcelino Galo, essa instituição é encarregada de analisar as multas aplicadas às grandes empresas do País.

Por exemplo, à RBS, afiliada da Rede Globo, ao Bradesco e ao Itaú. Pelo menos, isso foi o que a Folha de S. Paulo divulgou sobre as multas bilionárias que acabavam se transformando em valores irrisórios por trambicagem desses funcionários graduados da Receita Federal. Dizem os jornais que são 19 bilhões, deputados Hildécio e Targino!

E não se ouve falar sobre mais nada! Os escândalos no Brasil são tão grandes em bilhões, que são publicados num diário no outro não se publica mais nada! Ou se acaba com a impunidade em todas as áreas...

Todo dia, na área política, na área empresarial, nos presídios, se catalogamos os escândalos diários deste país, é uma coisa inacreditável. Já passou da hora, deputado Targino Machado...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou concluir, nobre presidente. Quando pensávamos que o Brasil já estava em outro estágio, voltamos para o final da fila em relação a outras nações desenvolvidas do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Grande Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Marcelino Galo pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Nobre presidente que aí está com seu assistente na Mesa, deputados, deputadas, companheiros servidores, servidoras, imprensa, visitantes que estão nas galerias. Hoje, pela manhã, realizamos uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Segurança pública com a finalidade de discutir uma temática importante para os direitos humanos, que é o direito à memória, que todo ser humano tem, no seu convívio social, para conhecer e fixar o seu passado e construir o seu futuro. Quem não tem memória não tem futuro.

Hoje, coincidentemente, essa sessão caiu no dia 31 de março, véspera do 1º de abril, quando ocorreu o fatídico golpe militar neste país. Coube à comissão especial constituída nesta Casa mediante resolução da Mesa Diretora, que instituiu uma comissão da verdade, com a função de apurar internamente o que aconteceu nesta Casa, neste Parlamento, nesse período da nossa história.

Tivemos a oportunidade de presidir e, para encerrar os trabalhos, já que como comissão estadual especial foi extinta, ficamos com essa tarefa de prestar contas não só a esta Casa, como à sociedade, e ali apresentamos um relatório concluindo os trabalhos desta comissão. Esse relatório tem a narrativa onde colocamos o contexto histórico e também as recomendações.

É um período histórico que precisamos compreender e ver como se comportaram a quase unanimidade dos deputados desta Casa quando receberam ordens verbais, sem nenhum papel escrito, o que dificultou de forma intensa a nossa elaboração, a nossa pesquisa, porque nos arquivos desta Casa não existia nada de registro sobre esse período.

Aqui um fato gravíssimo, 13 deputados foram cassados nesta Casa, apenas por ordem verbal. Não tem nenhum procedimento interno. A justificativa, deputado Adolfo Viana, era justamente que eram indecorosos.

Foram cassados por falta de decoro parlamentar, por não aceitar o que acontecia naquele período. Então, os deputados que mais contestaram, que mais fizeram enfrentamento à ditadura militar civil foram, justamente, aqueles que fizeram parte dessa lista de cassações.

E aqui tivemos no ano passado, nesta Casa, quando se completou 50 anos para rememorar a ditadura militar, a oportunidade de fazer a devolução simbólica desses 13 mandatos populares que foram usurpados. Tivemos a oportunidade de fazer uma série de oitivas, de ouvirmos histórias fantásticas, narrativas de familiares e narrativas

de deputados cassados. Isso nos enriqueceu e enriqueceu o relatório que está sendo, neste momento, – já foi feito pela manhã – ofertado à nossa sociedade. Assim, vamos rememorar e reconhecer essa história a fim de que isso nunca mais aconteça.

É uma crueldade percebermos que, naquele momento histórico, uma Casa como esta se acovardou, ficou de joelhos, para atender às ordens apenas feitas de boca, sem nenhum registro, para usurpar mandatos.

Neste momento em que a sociedade brasileira vai às ruas, e tem todo direito de se manifestar, porque na democracia não se indica que tipo de manifestação deve ocorrer... Contudo, se manifestar pela volta da ditadura, se manifestar pela intervenção americana neste país – como ali estava escrito naquelas faixas –, se manifestar contra o maior pedagogo que essa história já teve, um educador como Paulo Freire, é perigoso!

Nós temos de ficar alerta...

O Sr. Zé Raimundo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO:- V.Ex^a está inscrito, deputado Zé Raimundo.

É preciso que a sociedade brasileira, num momento crucial como este, zele pela democracia, que é o melhor regime para dirimir conflitos, para que o povo brasileiro encontre o seu caminho. É complicado, é trabalhoso, mas é ainda o melhor regime que a sociedade construiu.

Ir às ruas pedir intervenção americana neste país... Isso aconteceu em março de 1964, porque os arquivos americanos foram abertos. Os daqui tivemos grandes dificuldades para ter acesso, mas lá está dito quem financiou, quem veio aqui, quem aconselhou e orientou. E foram justamente os americanos. Eles aqui se utilizaram dos militares para servir à burguesia nacional, para ajustar o modelo de exploração do nosso povo. E o que aconteceu? Arrocho salarial, censura, as liberdades foram cerceadas.

Então, é muito bom! Esse relatório será, amanhã, divulgado amplamente nos sites desta Casa, será publicado e vamos colocar à disposição, deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO:- Com o aparte o deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Nobre deputado Marcelino Galo, gostaria de parabenizá-lo pelo discurso e, também, pelo trabalho que executou à frente da Comissão Especial da Verdade da Assembleia Legislativa sem muita estrutura e apoio material. Mas, com muito esforço, V.Ex^a realizou um trabalho louvável em todos os sentidos. Primeiro, porque se alinhou às iniciativas de outras instâncias da sociedade civil e de outros organismos estatais, como também seguiu a linha da presidente Dilma Rousseff de resgatar a memória e a verdade brasileiras no período da ditadura militar.

Parabenizo V.Ex^a.

Ressalto um aspecto para o debate. Quando da anistia de 1979, todos aqueles militantes antiditadura eram conhecidos e foram anistiados, porque foram apenados

pelo próprio sistema ditatorial da época.

Questiona-se a possibilidade de uma revisão desta Lei de Anistia, porque não se sabe quem foi o responsável por assassinatos e torturas nas prisões e, por outro lado, não tiveram as suas penas em processo legal. Como hipótese, foi levantado o que ocorreu no mundo inteiro, como na África do Sul e em vários países da América Latina. Ou seja, espera-se que aqueles que violaram os direitos humanos, aqueles que violaram os direitos democráticos e, mais ainda, violaram a própria lei de segurança e de punição do regime militar sejam, efetivamente, investigados e sobre eles recaiam uma penalidade.

Este é um debate sem revanchismo e sem nenhum tipo de caracterização do conjunto das Forças Armadas. Sabíamos, também, que muitos generais e muitos militares foram cassados, inclusive, torturados, porque defenderam o princípio da liberdade. Temos, como exemplo, o general Werneck Sodré que era militante do Partido Comunista e tantos outros.

A contribuição da comissão que V.Ex^a presidia foi muito importante para que, também, nesta Assembleia Legislativa, possamos cuidar da nossa memória. Aliás, fica a sugestão à Mesa Diretora, qual seja, é preciso resgatar os arquivos desta Casa, melhor, os arquivos do próprio jornal da Assembleia.

V.Ex^a está de parabéns.

Agradeço pelo aparte.

O Sr. MARCELINO GALO:- Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a ao nosso pronunciamento.

Passo a fazer uma narrativa das principais atividades executadas por esta comissão.

(Lê) “Audiência pública de instalação foi no dia 23 de maio de 2013, ainda no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, para a apresentação dos trabalhos e integração com as demais comissões e entidades comprometidas com o direito à memória.” Houve um planejamento dessas atividades.

Realizou-se, aqui, uma sessão especial com uma participação enorme com a (lê) “devolução do mandato do deputado estadual constituinte Giocondo Dias: encaminhamento do Projeto de Resolução nº 1.580 de 23 de outubro de 2013 que declara nula a Resolução da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa da Bahia, adotada em 14 de janeiro de 1948, que extinguiu os mandatos dos deputados do Partido Comunista.

Houve a devolução simbólica dos mandatos cassados, através do Projeto de Resolução nº 1.581 de 12 de novembro de 2013, que declara nula as Resoluções da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia que extinguíram o mandato dos deputados Diógenes Alves, cassado em 28/04/1964; Ênio Mendes de Carvalho, cassado em 28/04/1964; Sebastião Augusto de Souza Nery, ainda vivo e bastante lúcido; Wilton Valença da Silva, Hamilton Sabak Cohim, da Arena, cassado em 13/03/1969; Luiz da Silva Sampaio em 01/07/1969; Marcelo Ferreira Duarte Guimarães, cassado em 13/03/1969; Osório Cardoso Villas Boas; Aristeu Nogueira;

Luiz Leal; Octávio Rolim; Oldack Neves, cassado em março de 1969; e Padre Palmeira, cassado em 1964.”

Então, oitivas foram feitas. Foram ouvidos, aqui, em uma manifestação emocionante, os familiares de Marcelo Duarte, a sua esposa, D. Amália, e os seus filhos.

Tivemos a oportunidade de ouvir o relato dos impactos da violência política sobre os familiares, sobre os filhos menores que foram desprovidos das condições materiais, econômicas, espirituais, do apoio necessário, porque os seus pais foram arrancados com violência.

Aqui, ouvimos o deputado Luiz Leal que resistiu e cometeu o erro quando se opôs a votar contra a cassação do prefeito Virgildásio Sena.

Também, ouvimos, aqui, o petroleiro Wilson Valença, um funcionário da Petrobras que foi demitido do seu emprego por justa causa e passou para sobreviver a depender de recursos e de contribuições dos seus familiares e amigos.

Tivemos, também, a oportunidade de, em um debate, em uma oitiva, ouvir o depoimento do grande baiano e jornalista Sebastião Nery. Este foi um depoimento de 5 horas seguidas e demonstrou uma lucidez fantástica. Ele é um homem que não só foi agente, mas tem uma compreensão da história como nenhum baiano ou brasileiro. E aquela narrativa foi uma das mais enriquecedoras. E isso está gravado. Ele coloca, de forma detalhada, como foi convidado a conspirar, como se negou, como aconteceram as cassações aqui nesta Casa. Tudo isso foi dito com muita sabedoria. O material ficará disponível.

É bom que nós, parlamentares, tenhamos acesso e tenhamos a oportunidade de ver, claramente, como ocorreu a história nesse período para compreender o que está ocorrendo hoje.

O Sr. Joseildo Ramos:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO:- Por favor, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Quero parabenizar o trabalho feito por V.Ex^a e, em particular, ressaltar que a Bahia protagonizou momentos memoráveis na sua história. Eu sou oriundo de uma cidade ferroviária. Aqui, junto a mim, está o companheiro Zé Raimundo, estudioso da questão ferroviária, principalmente dos movimentos dos sindicatos.

E, lá, vivemos tempos de muita organização dos trabalhadores depois da vinda da ferrovia; primeiro, pelos ingleses; depois, pelos franceses. E a organização dos trabalhadores se deu. Alagoinhas tinha um sem-número de lideranças ligadas ao antigo PCB. Então, temos, na memória, ainda criança, na nossa mente, fatos ligados à intensa organização da atividade operária. E eu sei o que isso significou para a Bahia. A Bahia, sempre, foi muito lutadora. Os trabalhadores baianos nos orgulham por terem feito uma página memorável da sua história.

Mas eu lamento que, no País, apesar de todos os esforços do nobre deputado, não podia ficar sem o seu trabalho memorável. No entanto, as condições objetivas

para a realização da Comissão Especial da Verdade não foi aquela que V.Ex^a precisava para desnudar aspectos cruciais.

Até hoje, os parentes querem saber onde se encontram sepultos os seus entes queridos. E ninguém sabe onde os mesmos estão. Para a cabeça deles, é desse jeito. Ninguém sabe o que aconteceu. Foi diferente do que aconteceu com a Argentina. Precisamos purgar a nossa história. E, sem sombra de dúvida, isso é muito importante, é didático, é pedagógico para as futuras gerações.

Quero render-lhe minhas homenagens. Tenho orgulho de estar lado a lado com V.Ex^a dizendo parabéns por estes encaminhamentos que V.Ex^a fez em favor da história da Bahia.

O Sr. MARCELINO GALO:- Agradeço o seu aparte e, ao mesmo tempo, eu o incorporo ao meu discurso, deputado Joseildo Ramos.

Agora, vamos passar ao resumo das recomendações sugeridas por este relatório a esta Casa.

(Lê) “O Estado brasileiro promoveu a prisão, tortura e morte de milhares de cidadãos, muitos ainda desaparecidos. Diante da constatação irrefutável sobre a dimensão dos prejuízos impostos pela ditadura, a Comissão Especial da Verdade da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia constata a dificuldade de o Brasil ir além da dimensão simbólica e da indenização pecuniária.

Entre as medidas admitidas pelo conceito de justiça de transição, esta Comissão Especial da Verdade entende e recomenda a revisão da Lei da Anistia, considerando o entendimento do direito internacional quanto à não prescrição dos crimes contra a humanidade.

Nesse sentido, a Comissão Especial da Verdade recomenda, à Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, a realização de um amplo debate acerca do conceito de justiça, de transição e de avaliação dos processos em curso sobre fatos ocorridos na Bahia.

O acervo, recolhido pela Comissão Especial da Verdade, contém preciosos registros históricos que devem ser tratados, divulgados e preservados. Para preservar o direito à memória, esta comissão recomenda o envio de cópia de todo o acervo da Comissão Especial da Verdade à Fundação Pedro Calmon da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e à Comissão Nacional da Verdade.

A inaceitável lacuna nos arquivos desta Casa não pode manter os fatos relativos às cassações fora do alcance da história. Esta comissão recomenda à nova Mesa Diretora que empreenda a necessária pesquisa histórica com máximo rigor científico, executada por pesquisadores qualificados e em boas condições de trabalho. O extrato dessa pesquisa deverá recompor a memória do Legislativo baiano sobre a forma como se deram as cassações de mandatos e processos administrativos contra servidores, eventualmente, acusados ou sob suspeita das então alegadas atividades subversivas.

Com base na pesquisa histórica, esta Comissão Especial da Verdade recomenda ainda que a Assembleia organize uma publicação com a reconstituição dos fatos que

levaram às cassações ao lado de perfis biográficos de cada um dos 13 cassados nesse período.”

Então, essas recomendações constam neste relatório que eu tive a oportunidade, aqui, de, apenas, fazer um resumo. Mas, a partir de amanhã, o relatório estará à disposição no site desta Casa, porque é preciso, ali, a gente ter domínio desses fatos para não esquecer e, também, para que os mesmos fatos nunca mais aconteça. Então, nós temos aqui a Casa da democracia, a Casa representativa do povo. Nós temos a obrigação, aqui, de defender a democracia.

Amanhã, neste País, acontecerão vários atos públicos em defesa da democracia. A democracia que interessa ao povo pobre, aos trabalhadores, porque esse golpe foi dado pelos ricos, para servir aos interesses dos ricos. Então, a nossa obrigação é defender a democracia.

Viva a democracia! Golpe nunca mais neste País!

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Parabéns, deputado Marcelino Galo, pelo pronunciamento.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Quero aproveitar, antes de anunciar o próximo orador, para parabenizar o nobre Líder do governo, deputado Zé Neto, aniversariante do dia. Ele, com certeza, recebe os parabéns não só dos deputados da Base do governo, como também dos deputados da Oposição.

Parabéns, deputado Zé Neto.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PP/PSL/PSB, para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Por todo o tempo, Sr. Presidente, falará o deputado Aderbal Caldas.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Aderbal Caldas, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, todos na plateia e os que nos assistem pela TV Assembleia, quero aproveitar o momento para parabenizar o nosso Líder, Zé Neto, que aniversaria no dia de hoje e lhe desejar felicidade, uma longa vida, muita saúde e muito sucesso.

Meus amigos, como sou um homem, como todos nós devemos ser, preocupado com o presente e com o futuro, com a nossa vida e com a dos nossos sucessores, e até dos outros seres:

(Lê) “Sr. Presidente, ao longo de quatro mandatos legislativos, apresentei vários projetos de lei versando sobre os mais variados temas. Um deles, porém, sempre me preocupou, em razão de suas graves consequências, que estão cada vez mais perceptíveis com o passar do tempo: o aquecimento global, motivado pela emissão de gases poluentes que se acumulam na atmosfera e já começam a provocar

mudanças climáticas em todo o planeta. Secas, inundações, derretimento das geleiras e aumento do nível dos oceanos estão ameaçando o equilíbrio ecológico, com sérios prejuízos para a população.

Aquecimento global é o aumento da temperatura média dos oceanos e da camada de ar próxima à superfície terrestre. Isso se deve principalmente ao aumento das emissões de gases na atmosfera, principalmente o dióxido de carbono (CO₂).

Normalmente, parte da radiação solar que chega ao nosso planeta é refletida e retorna diretamente para o espaço; outra parte é absorvida pelos oceanos e pela superfície terrestre, e uma outra é retida por esta camada de gases que causa o chamado efeito estufa. O problema não é o fenômeno natural, mas o agravamento dele. Como muitas atividades humanas emitem uma grande quantidade de gases formadores do efeito estufa, esta camada tem ficado cada vez mais espessa, retendo mais calor na Terra, aumentando a temperatura da atmosfera terrestre e dos oceanos e ocasionando o aquecimento global.

São várias as consequências do aquecimento global e algumas delas já podem ser sentidas em diferentes partes do planeta. Há previsão de uma frequência maior de eventos climáticos, tais como: tempestades tropicais, inundações, ondas de calor, seca, nevascas, furacões, tornados e tsunamis, com graves consequências para os seres humanos e os ecossistemas naturais.

No Brasil, a população já observa com preocupação os primeiros sinais de que as mudanças climáticas são uma realidade em todas as regiões do país.

Na região Sudoeste, a temperatura alcança níveis assustadores, batendo recorde no atual verão. Os reservatórios dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais estão secando progressivamente e o racionamento de água, principalmente em São Paulo, está cada vez mais próximo. Outra preocupação é a possibilidade de acontecerem cortes no fornecimento de energia elétrica, uma ameaça que assusta a população e o setor produtivo da região.

No Sul do país, inundações e fortes ventanias causam pânico e desespero entre os moradores de várias cidades, devastando plantações e provocando a escassez de produtos agrícolas, com o consequente aumento dos preços e da inflação.

Na região Nordeste, e em especial no estado da Bahia, a seca implacável continua castigando as populações do semiárido, aumentando a falta de água, causando a morte de animais e tornando a terra cada vez mais improdutiva. Os moradores das cidades que ficam no entorno do Lago de Sobradinho estão apreensivos com a diminuição do nível de água e a possibilidade de surgirem problemas no abastecimento de água dessas localidades. O Rio São Francisco continua sofrendo a ação destrutiva de suas matas ciliares, o que provoca a diminuição do nível de suas águas e o surgimento de ilhotas e bancos de areia, prejudicando a navegação de barcos e balsas.

No Norte do país, o desmatamento continua provocando o desequilíbrio ecológico, com graves consequências para os seres humanos, a fauna e a flora da região, estendendo as consequências da desordem climática para outras regiões do

país. Por outro lado, inundações invadem as localidades ribeirinhas, causando graves prejuízos as populações.

De acordo com o Painel Intergovernamental sobre a Mudança Climática promovido pela ONU, até 2080, 3,2 bilhões de pessoas – um terço da população mundial - enfrentarão problemas graves com a escassez de água; 600 milhões sofrerão falta de alimentos e 7 milhões serão vítimas das inundações costeiras motivadas pelo derretimento das geleiras.

Visando alertar as autoridades e motivar as pessoas a se unirem na luta contra o aquecimento do planeta, encaminhei a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa alguns projetos de lei instituindo medidas que evitam o aumento da temperatura.

Acreditando na união de esforços da população, dos empresários, dos políticos e dos governantes no combate ao aquecimento global, através de medidas simples e da mudança de hábitos das pessoas, estou encaminhando o primeiro projeto no início do meu 5º mandato parlamentar, baseado na realização de pesquisa segundo a qual cada árvore plantada absorverá uma tonelada de gás carbônico ao longo do seu período de vida.

De acordo com o projeto, cada concessionária de veículos automotores ficará obrigada a plantar uma árvore a cada unidade vendida. Ao final de cada semestre, será contabilizado o total de vendas, comprovado pela emissão de notas fiscais. Técnicos da Secretaria do Meio Ambiente indicarão o local e as espécies mais indicadas para o plantio. Dessa forma, muitas toneladas de gás carbônico serão absorvidas pelas árvores, evitando assim que esses gases fossem lançados na atmosfera contribuindo assim para o aumento do aquecimento global.

Solicito aos senhores deputados, aos pares que analisem, discutam e votem este Projeto de Lei que tem como objetivo unir esforços para diminuir as consequências graves do aquecimento do planeta que afeta a todos os seres vivos que habitam o planeta Terra”.

Assim, senhores e senhoras, meus caros colegas deputados e deputadas, devemos dar as mãos com os olhos postos no futuro para que nossos filhos, nossos netos, as populações que nos irão suceder, possam ter uma vida melhor, mais saudável e mais digna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o nobre Líder da minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, falarão os deputados Carlos Geilson, pelo tempo de 6 minutos, e José de Arimatéia, por 5 minutos, substituindo o deputado Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o nobre

deputado Carlos Geilson, pelo tempo de 6 minutos, e, em seguida, o nobre deputado José de Arimatéia, rei da Igreja, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Gostei, Sr. Presidente, “rei da Igreja”!

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Universal. (Risos.)

O Sr. CARLOS GEILSON:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, colegas da imprensa, amigos nas galerias, ainda um pouco tarde, porque ontem não houve possibilidade de falar, devido à posse do conselheiro Marcos Presídio, quero dizer que, neste final de semana, Salvador viveu um momento muito especial. Parabenizo esta cidade de dois andares, esta cidade hospitaleira, esta cidade com suas ladeiras, com seus guetos, com suas avenidas largas, avenidas que à noite mais parecem um presépio, essa cidade de belezas naturais que encanta todos nós e que está passando por uma transformação graças ao prefeito ACM Neto. Cada vez mais que ando por esta cidade, empolgo-me com o volume de obras.

Salvador completou 466 anos de fundada e o prefeito ACM Neto, que resgatou a autoestima de nossa gente, do soteropolitano, possibilitou que nós vivêssemos momentos especiais com shows de Edson Gomes no Subúrbio, de Daniel em Cajazeiras, do Padre Fábio de Melo na Praça Castro Alves e da nossa diva, a fantástica cantora Maria Bethânia, no Farol da Barra. Não poderia outro artista cantar e encantar a todos os baianos no aniversário de Salvador se não fosse pela voz dela.

Então o prefeito ACM Neto, além desse grande volume de obras e de transformar esta cidade fazendo-a entrar nos eixos do progresso, consegue uma coisa que é fundamental: o amor, o orgulho de todos nós baianos, especialmente aqueles que não têm o prazer de morar e viver aqui. Mas o interior congrega em torno desta Capital.

E ao entrarmos em Salvador salta aos nossos olhos, cada vez mais, esse volume fantástico de obras. Só que a grande obra do prefeito ACM Neto não se prende ao cimento, ao concreto e ao ferro, mas sim a esse amor que ele começa a resgatar no soteropolitano. Nós em outras eras presenciamos Salvador desleixada, largada, abandonada! O lixo tomando conta! E como nós sofremos em outras administrações!

Prefeito ACM Neto, que bom tê-lo e vê-lo governando a nossa capital! A primeira cidade do Brasil! Esta cidade que é apaixonante, é envolvente com a sua noite, as suas belezas e aquelas luzes acesas nas encostas, dando-nos a ideia de um verdadeiro presépio. Obrigado, prefeito! Que Deus lhe dê muita vida, muita saúde para tocar sua vida pública e fazer mais um mandato para que Salvador continue resgatando tantos anos de atraso e imobilismo!

Outro assunto que quero abordar, neste tempo que me resta, é a questão da violência. É impossível, é inaceitável que não consigam deter essas quadrilhas organizadas! Só de ontem para hoje caixas eletrônicas foram estouradas nascidades de Tucano e Rio de Contas. Meu Deus do céu! Será que o serviço de vigilância da nossa polícia baiana, que tem no secretário da Segurança Pública um homem trabalhador e operoso, não funciona, não consegue deter nem identificar esses criminosos que agem pelo nosso Estado aterrorizando, amedrontando?!

As pessoas acordam à noite, em suas cidades, assustadas com as explosões! E eles ficam se revezando! Ontem, Rio de Contas! Ontem, Tucano! Hoje ou amanhã, onde vai ser? Qual a cidade que vai ser escolhida por esse bando? É uma quadrilha que se ramificou, que está dividida em facções e age em diversas regiões da Bahia. Será que não há um comando central nessas quadrilhas? E a nossa área da Segurança Pública é falha!

É necessário, meu caro deputado Rosemberg, que se invista não só no aparelhamento humano, não só em armas, mas também no serviço de inteligência! E eu fico a me perguntar: conseguem-se detectar tantas coisas através de escuta telefônica disso ou daquilo, e nós da Bahia não conseguimos deter nem desbaratar essas quadrilhas que agem no nosso Estado?! Só este ano foram mais de 60 explosões em diversas cidades, e estamos à mercê do crime organizado.

Mais uma vez, cobrando do secretário da Segurança Pública, Maurício Barbosa, que...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, nobre deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- (...) ele precisa trabalhar e investir mais no serviço de inteligência.

Meu caro Marquinho, vocês veem que eu o convidei para assumir a presidência, e a primeira atitude dele foi cortar meu som. (Risos!)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado José de Arimatéia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa presente, TV Assembleia, venho a esta tribuna registrar que tivemos hoje pela manhã, na Comissão de Saúde desta Casa, uma audiência pública em comemoração ao Dia Mundial do Combate à Tuberculose, que foi comemorado nacional e mundialmente em 24 de março, mas só nesta terça-feira realizamos esse encontro.

Estiveram presentes o Dr. Roberto Badaró, representando o secretário estadual da Saúde. Ao Dr. José Antônio Rodrigues, secretário da Saúde de Salvador, mandamos o convite, mas havia um representante da Secretaria. A Dr^a Danielle Maria Pelissari, representando o Dr. Dráurio Barreira, Coordenador do Programa Nacional de Controle da Tuberculose do Ministério da Saúde. O Dr. Leandro Lobo, Diretor Geral do Hospital Especializado Octávio Mangabeira, a Dr^a Ceuci de Lima Xavier Nunes, Médica Infectologista e Diretora do Hospital Couto Maia.

Outras diversas autoridades na patologia, como a Dra. Rosângela Palheta de Oliveira Menezes, Coordenadora Regional do Programa de Controle da Tuberculose na Bahia. A Dra. Eliana Matos, Coordenadora do Programa de Tuberculose Multirresistente do Hospital Especializado Octávio Mangabeira, e a Dra. Virgínia

Perrucho, Ouvidora Titular dessa instituição, o HEOM.

Tivemos também a presença de vários parlamentares, como a deputada Fabíola Mansur e outros deputados que fazem parte da Comissão.

Sr. Presidente, foi muito proveitosa essa audiência pública para discutir a questão da prevenção à tuberculose. E pelas informações da Dr^a Eliana Matos, este, Estado hoje só tem cinco máquinas que fazem o exame para dar o diagnóstico. A Bahia atualmente está em terceiro lugar no combate à tuberculose. Precisamos - esta Casa, a Comissão - interferir junto ao Ministério da Saúde para mandar mais equipamentos e essa doença ser erradicada, controlada.

Para se ter uma ideia, segundo essa doutora, que emite o atestado de óbito sobretudo das pessoas que morrem de tuberculose, no ano de 2014 aqui no Estado 312 faleceram só dessa doença. Vejam que tal situação corresponde a quase uma pessoa tuberculosa morta por dia na Bahia. Segundo o Ministério da Saúde, 22,8% da população baiana desconhecem a prevenção à tuberculose.

Por isso, Sr. Presidente, que nessa audiência pública, eu propus a criação da frente parlamentar em defesa das pessoas e contra a tuberculose. E eu estou fazendo essa convocação aqui não só para os deputados que compõem a Comissão da Saúde, mas também a todos os deputados que compõem esta Casa, para que todos participem e façam parte dessa frente parlamentar, que também existe em Brasília.

Concluindo, Sr. Presidente, nesta oportunidade quero fazer uma convocação aos Srs. Deputados que fazem parte da Comissão de Defesa do Consumidor Amanhã precisamos deliberar ações em defesa dos consumidores da Bahia. Era só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PDT/PCdoB/PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

Com a palavra o deputado Alex Lima por 6 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários da Assembleia, amigos das galerias Paulo Jackson, telespectadores da TV Assembleia, recebemos, na manhã de hoje, na Comissão de Orçamento e Finanças, Fiscalização e Controle, atendendo ao convite da Comissão, a visita do diretor-geral do Detran Dr. Maurício Bacelar. Tomei a iniciativa de colocar em votação o convite ao diretor do Detran, cuja indicação foi do meu partido, o PTN, de modo a garantir e a fazer com que prevaleça a transparência que tanto a sociedade pede e clama nas ruas, mostrando, deputado Gika, e dando o exemplo, independente das posições de governo ou oposição, esta Casa e este Parlamento precisam cumprir com as funções que lhe foram delegadas pelo povo na escolha democrática das últimas eleições.

Na oportunidade, Sr. Presidente, a audiência contou com a intervenção de 14 Srs. Deputados, que fazem parte dela e de outros deputados também, nos foram dados

alguns esclarecimentos acerca do aumento, sobretudo da taxa de vistoria, que foi motivo de questionamento aqui nesta Casa. Esse aumento decorreu de um projeto de lei aprovado aqui na legislatura passada, quando teve apenas cinco votos contrários ao aumento, mas aprovado pela ampla maioria dos deputados.

O diretor nos trouxe, deputado Adolfo, alguns elementos para ajudar a tirar as dúvidas da população sobre o aumento. Um deles, amigo deputado Gika, diz respeito à grande defasagem que o Estado da Bahia tinha na cobrança com relação a outros estados. Para os senhores terem uma ideia, Estados como São Paulo, Minas, Rio, e até Sergipe, cobram taxas muito maiores do que a nossa. Mas como, Srs. Deputados, esse processo legislativo sempre tem o intuito de contribuir, de engrandecer e de colaborar com os atos do Executivo. O Diretor do Detran também se convenceu que existe, deputado Adolfo, V. Ex^a que é sempre atuante nesta Casa, atendendo ao questionamento de V. Ex^a e de outros deputados, o diretor do Detran ficou de avaliar, deputado Antônio Henrique, a possibilidade de se criar mecanismos para diminuir os abusos cometidos pelas empresas terceirizadas, porque foi constatado que, em algumas cidades, sobretudo do interior, elas têm cobrado preços abusivos, até pela ausência de concorrência. Em muitas dessas cidades há um ou, no máximo, dois terceirizados que prestam esse serviço.

Então, o diretor ficou de avaliar e disse, no seu pronunciamento, que esse resultado era fruto dessa reunião e da contribuição que todos nós, deputados, demos na manhã de hoje. Ele ficou de sentar com o corpo técnico do órgão para fazer a sua avaliação e ver de que forma podemos limitar essa cobrança - a taxa de R\$80,00. Do ponto de vista do governo, não se pode fazer nada, por se tratar de projeto de lei, como falei anteriormente. Mas esses abusos das terceirizadas, que chegam a cobrar, deputado Adolfo, até R\$150,00, R\$160,00 no serviço de vistoria, realmente têm lesado a população.

Então, fruto dessa audiência, o corpo técnico do Detran já se comprometeu a se debruçar sobre essa questão, deputado Rosemberg Pinto, a partir desta tarde, de modo que consigamos criar instrumentos que protejam os cidadãos desses abusos.

É evidente que é um caminho sem volta a questão das terceirizações, deputado Rosemberg Pinto. Vivemos num mundo com tecnologias, com demandas impossíveis de serem supridas pelo governo, por não serem suas atividades fim. Então acho que a terceirização é saudável, importante e ajuda na prestação do serviço. Por outro lado, o que não podemos permitir, deputado Gika Lopes, é que esses abusos tenham continuidade.

Então, gostaria de parabenizar esta Casa, parabenizar aquela Comissão, os seus integrantes, dizendo que nós hoje engrandecemos a este Parlamento e fizemos cumprir, aqui, o nosso papel de fiscalizadores, independente de sermos governo, estando ao lado da população, que é isso que todos esperam de nós.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Sandro Régis:- Uma comunicação inadiável, Sr. Presidente, art. 33.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Comunicação inadiável do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Quero comunicar à Casa, com muita alegria, que o deputado Soldado Prisco acaba de receber a decisão do Supremo Tribunal Federal, concedendo-lhe o pleno direito e permitindo que o paciente exerça plenamente o seu mandato de deputado estadual.

Quero comunicar à Casa que o deputado Prisco, agora, poderá exercer o mandato dele em pleno direito, viajar, poder participar (palmas no Plenário) das sessões aqui nesta Casa até onde for necessário.

Parabéns, deputado Prisco, acho que a justiça foi feita!

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o deputado Prisco e o Supremo Tribunal Federal que, enfim, fez justiça a esse grande parlamentar. Era inadmissível que um deputado eleito pelo povo da Bahia não pudesse exercer o seu mandato nas 417 cidades. O deputado Prisco não podia viajar, não podia se reunir com membros das entidades que ele representa, quer dizer, um verdadeiro crime contra a democracia.

Enfim, O STF deu uma demonstração correta de justiça e o deputado Prisco, enfim, vai poder fazer o uso do seu mandato da melhor maneira possível.

Parabéns, deputado Prisco, V.Ex^a merece.

O Sr. Fábio Souto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Questão de ordem do deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Quero também parabenizá-lo e dizer que foi feita justiça ao deputado Soldado Prisco, homem que já teve uma eleição marcada por muita dificuldade, não pôde viajar, teve que fazer a campanha eleitoral praticamente em casa. Mas agora, realmente, foi feita justiça e o deputado Prisco vai poder rodar a Bahia, conversar com seus eleitores, ouvir sua classe como lhe é de direito, e, efetivamente, cumprir o seu mandato, já que para isso é que ele foi eleito.

Então, parabéns, Soldado Prisco, eu acho que a justiça foi feita a um parlamentar que tem aqui uma classe muito importante para representar.

O Sr. Hildécio Meireles:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Questão de ordem do deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, em nome do PMDB também quero parabenizar o deputado Soldado Prisco por essa conquista justa, já que depois de muita luta ele conseguiu, hoje, a partir de agora, exercer o seu mandato de pleno direito. Portanto, nós, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, estamos

muito felizes neste momento em que o Soldado Prisco adquire o direito de exercer o seu mandato.

Muito obrigado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosenberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Questão de ordem do deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, em nome da Liderança do DEM/PV quero registrar, nesse momento, a nossa alegria em ver restaurado ao homem público, ao parlamentar a plenitude dos seus direitos. Por isso, quero aqui dizer que a Justiça, embora tardia, e Justiça tardia, muitas vezes, não é Justiça, mas quero parabenizar o soldado Prisco pela sua luta e suas conquistas, e também esse Parlamento.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Questão de ordem do deputado Sidelvan Nóbrega, depois o deputado Isidório, depois o deputado Rosenberg.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs., eu quero, em nome do Partido Republicano Brasileiro, parabenizar o nosso amigo, companheiro, deputado Soldado Prisco, esse homem batalhador que chegou aqui nesta Casa pela sua luta, e que hoje teve o reconhecimento da Justiça do nosso País, liberando-o de todas as sanções que lhe eram impostas, e que, inclusive, não lhe permitia exercer as funções de deputado nesta Casa.

Portanto, o Partido Republicano Brasileiro, em meu nome, em nome do deputado José de Arimatéia, parabeniza por essa grande vitória e o reconhecimento do Poder Judiciário desse país a esse companheiro de luta.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Esta feito o registro.

Questão de ordem do deputado Sargento Isidório.

A Sr^a Fabíola Mansur :- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Sargento Isidório:- Sr. Presidente, agradeço a deferência de V.Ex^a. Tenho certeza que todo o Parlamento, do presidente da Assembleia ao último dos deputados, até na sua votação, mas que somos iguais, queremos demonstrar nossa alegria, sobretudo com a democracia que venceu, porque eram, realmente, um absurdo as diminuições de direito do nosso companheiro Prisco, até porque não traficou droga, não cometeu crime nenhum, a não ser lutar pela dignidade da sua categoria, coisa que eu e muitos aqui já fizemos nos nossos sindicatos.

Portanto, dizer a Prisco que a Bíblia diz que os passos de um homem bom são sempre confirmados por Deus. Então, continue fazendo o bem, não só a sua categoria, mas a todos os funcionários públicos do Estado, e porque não dizer, a todos os baianos. Vá em frente, Deus lhe abençoe. Mas não esqueça que você foi liberado para exercer mandato, não foi para ir atrás de voto, para querer ir atrás do nosso

reduto eleitoral. Deus te abençoe, olhe sua vida, hein, fique de olho, se ligue.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, eu não poderia deixar de me manifestar, primeiro porque acho que essa decisão, ela vem, inclusive, tardiamente, até porque a sociedade baiana já decidiu quando elegeu Prisco deputado estadual. Então, ela já tomou, inclusive, essa decisão e agora o Ministro Luiz Barroso acabou ratificando a decisão que a sociedade baiana já tinha tomado.

O deputado Prisco sabe do meu posicionamento desde o início, obviamente dentro das minhas limitações. Tentei, inclusive, evitar que acontecesse esse cerceamento, na minha opinião, e fico feliz em ter saído essa decisão, e parabenizar aqui o deputado Prisco por ter agora ganho de fato e de direito a possibilidade de atuar de forma plena, na sua totalidade, exercendo seu mandato de parlamentar, mas também de cidadão, de poder percorrer todos os lugares do nosso Estado. Parabéns e vá em frente, Prisco.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra a nobre deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, em nome do PSB, não poderia deixar de parabenizar o nosso querido deputado Prisco, ex-vereador que comigo compartilhou daquela Casa. Sei da sua angústia, e como defensora dos direitos humanos, vemos com muita felicidade um deputado que representa a vontade de tantas pessoas, não só da sua categoria, policiais militares, os quais muitos os tenho em minha própria família, quando resgata a plenitude dos seus direitos.

É um momento muito emocionante, deputado, e certamente é um momento em que esta Casa também se alegra. Porque um deputado, ao recuperar seus direitos, também atuante como é, virá somar mais ainda e poder interiorizar suas ações de mandato, enfim, exercer plenamente seus direitos. É momento de saudá-lo e de nos solidarizar com V.Ex^a pela angústia que passou nesse tempo todo e de desejar, Prisco, sucesso e trabalho para você, que é homem trabalhador, na defesa de todas as causas que você representa nesta Casa, irmão. Parabéns e boa sorte no seu mandato, totalmente recuperado na sua plenitude.

O Sr. Alex Lima:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, em nome do PTN, gostaria também de cumprimentar o deputado Prisco por essa vitória e dizer que essa é uma vitória não apenas de V.Ex^a e de sua família, que, com certeza, foram e são os maiores prejudicados nos últimos tempos. Essa é uma vitória do Parlamento baiano, é uma vitória desta Casa Legislativa, e é uma vitória sobretudo da democracia.

Não existe, Sr. Presidente, meia democracia. Ou nós vivemos num regime

democrático ou não vivemos num regime democrático. Não podemos ter a conveniência de quando nos é favorável, do ponto de vista ideológico, que a justiça tome uma decisão, que a gente comemore e aplauda, e que aja de forma diferente quando isso atende a uma pessoa com posição ideológica diferente.

Mas quero dizer, deputado Prisco, que é motivo de muita satisfação estar, neste momento, dividindo isso com V.Ex^a. E dizer, mais uma vez, que é uma vitória, Sr. Presidente, de toda a Casa. Como bem disse o Líder Rosenberg, essa vitória e essa prerrogativa de deputado lhe foram dadas pelo povo baiano quando o consagrou entre os mais votados para a Assembleia Legislativa.

Então, parabéns em nome do meu partido, deputado Prisco. V.Ex^a agora é livre para exercer, da forma como os baianos o escolheram, sua representação.

O Sr. Pablo Barrozo:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Questão de ordem, deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Sr. Presidente, queria aproveitar a oportunidade, pois não poderia faltar com a palavra de carinho e de felicidade pelo nosso colega deputado Soldado Prisco. Tenho um amigo que foi deputado estadual que dizia o seguinte: “O óbvio precisa ser dito”. E hoje o óbvio é que a voz do povo é a voz de Deus.

O deputado Prisco foi um dos mais votados por uma categoria que é uma categoria expressiva, importante, da nossa sociedade, num momento difícil da nossa sociedade, e essa categoria precisava ser melhor representada.

Tenho certeza de que o anseio dessa categoria, Prisco, hoje, está 100% atendido. Foi feita justiça, com a condição de exercer seu mandato plenamente. Quero aqui, não só como colega, mas como amigo, Prisco, dizer que hoje se faz justiça por você merecer muito. Vivemos e ficamos angustiados também com essa luta sua. Além de V.Ex^a ser uma pessoa que luta pelos seus ideais e pelas pessoas que representa, V.Ex^a realmente tem responsabilidade como mandato e não poderia ser cerceado nessa função de deputado, que é estar próximo das pessoas que o elegeram, próximo do povo e, como bem sabe. V.Ex^a foi votado nos 417 municípios da Bahia.

Parabéns. Hoje é um dia de glória...

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o nobre deputado Gika pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GIKA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores das Galerias, TV Assembleia, funcionários e imprensa, hoje é dia de comemorar. O aniversário de Zé Neto e a grande liderança do Prisco que fica livre de tudo, pode ir aos 417 municípios da Bahia. Lá onde moro tenho vizinhos policiais, eu pedia voto e eles diziam: “Não, vou votar em Prisco.” E eu dizia: “Você vota em Prisco e sua esposa vota em mim, me ajude.” Mas é isso aí, Prisco, V.Ex^a está de parabéns por ter sido feita a justiça. V.Ex^a está no caminho certo, por isso merece estar onde está.

Quero convidar os colegas deputados porque, em Serrinha, do dia 29/03 a 05/04, fazemos lá a Semana Santa, já é uma tradição de 85 anos. Estão todos

convidados para aparecer na quinta-feira, teremos a procissão do fogaréu. Deputado Rosenberg que gosta de evento, apareça lá. Na sexta-feira, teremos a caminhada ao monte da Santa. Convido a todos para conhecer a nossa tradição. Por causa desse evento, fizeram uma reportagem, denegrindo a imagem do nosso prefeito Osni. Foram à TV, fizeram uma baixaria, esculhambando a cidade e o prefeito. Mostraram uma pequena parte do que falta fazer na cidade. É como toda a cidade, nenhum gestor faz tudo de bom para o povo, sempre falta alguma coisa.

Só não mostraram o bom que ele fez, o que era Serrinha há 10 ou 12 anos. Mas uma minoria de pessoas fez essa coisa feia com a TV. Por sinal são meus amigos até, mas adversários e achei horroroso. O que acho é que temos que mostrar o que é bom. Em Serrinha, graças ao prefeito, hoje, há shoppings, universidades, o Ifba, conseguimos 2 mil e quinhentas casas para o povo, cisternas na zona rural e no geral, se faltar é 5 ou 6% para concluir, também há água encanada. Tudo isso graças ao prefeito, ao PT, aos governos Wagner, Dilma e, agora, Rui Costa que nos está ajudando. Agora os adversários fazem isso para derrubar a programação da Semana Santa. Graças a Deus sabemos o que faz o prefeito, o governo estadual e federal.

Hoje, de manhã, a Comissão da Agricultura e Política Rural, os deputados Vítor Bonfim e Pablo, que não é o cantor, fomos ao secretário da Agricultura, que nos atendeu muito bem, ouviu as nossas demandas para a agricultura familiar, agricultura da zona rural, o feijão, o milho, a polpa do umbu, ensinar a fazer o aproveitamento para as famílias agrícolas. Trazendo também recursos para que esse povo seja beneficiado.

Sabemos que a Bahia toda tem suas dificuldades. Mas o governo é comprometido. O secretário foi lá e garantiu melhorias para todos nós, Bobô estava lá também ajudando a gente, uma equipe muito boa. Então eu quero agradecer ao secretário, ao governador Rui Costa, por fazerem com que a Bahia se desenvolva muito mais na agricultura familiar, na agricultura em geral.

Está de parabéns o governo. Estamos na luta.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, pelo tempo de 6 minutos, usará a palavra o deputado Soldado Prisco e, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o deputado Soldado Prisco pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero agradecer a Deus por esse momento, agradecer a esta Casa que me deu apoio total, aos meus familiares, a Dr^a Marcele, minha advogada que está ali, a todo o grupo que acreditou em mim, a toda população da Bahia que votou e acreditou em mim.

Hoje, eu estava na audiência da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública e vi o choro do deputado Macelino Galo lembrando da época da ditadura e eu não pude chorar também de alegria porque ainda estava vivendo sobre as rédeas da ditadura. Só que agora estou livre.

Estamos vivendo numa democracia, eu queria que a democracia fosse plena, mas essa plenitude chegou. Agora estou liberado. E para honra e glória desse Deus que eu creio, vou andar essa Bahia toda agradecendo a todas as pessoas, porque eu não tive nem o direito de agradecer ainda e mostrar que eu lutei foi por justiça. Esse movimento, essa perseguição se deu aqui nesta Casa e seu deu no último movimento reivindicatório. Alguns parlamentares desta Casa foram testemunhas da minha luta para que não ocorresse nenhum dano ao Estado, porque eu nunca fiz isso, nunca fui irresponsável. A minha luta era por justiça. A minha luta foi por uma categoria que sofre e o Estado não reconhece. E vamos continuar na trincheira desta Casa lutando.

Quero parabenizar o deputado Rosemberg, porque mesmo ele sendo um deputado de oposição a mim, mesmo sendo um deputado do PT, entendeu, naquele momento, a minha posição, ajudou-me muito naquele movimento e eu sou justo em reconhecer. Ele viu que eu queria dialogar, mas o governo não queria o diálogo, queria só agir com repressão achando que a repressão nos dias de hoje ainda resolve as coisas ao invés do diálogo. Sabemos que só o diálogo vai resolver na democracia o avanço. E esse País está vivendo uma democracia plena e nós temos que lutar a ferro e fogo por isso. E nada vai conseguir calar a minha voz.

Eu vou continuar... (O deputado se emociona.) (Palmas.)

Eu vou continuar essa luta por justiça e liberdade como é o lema da minha associação, daquelas pessoas que acreditam que esse País um dia será livre, não desse jeito que está, porque o sindicalista não pode ser maltratado, não pode ser preso, não pode ser algemado e tratado como marginal como eu fui. A minha mãe que não está mais comigo e o meu pai que ficou 7 dias internado, quando eu fui preso e quase morri.

Agradeço a todos vocês. Obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, funcionários, imprensa, assistência, da semana passada para cá, a Bancada da Oposição e alguns deputados da Situação têm tratado da questão das vistorias veiculares. A nossa bancada tem como timoneiro nessa luta o deputado Herzem Gusmão, mas tem a solidariedade de toda bancada, que vem tratando de forma mais específica sobre os valores dessas taxas, sobre os valores acrescido e aumentados.

Mas quero aqui, Herzem, fazer coro com você e tratar mais da questão legal que já está tão falada, aumento e a imoralidade dessas taxas e os seus valores.

Estive vendo alguns estudos sobre isso, deputado Rosemberg, e, em síntese, apurei que essas taxas cobradas nascem, primeiro, da delegação que o Código de Trânsito Brasileiro concede ao Contran para regulamentar as questões de licenciamento, transferência de veículos e alterações nos veículos. Então, são obrigatórias essas vistorias. Mas o Detran inovou ao fazer uma portaria, deputada Mansur, criando a vistoria anual, o que não está previsto, Herzem, na resolução do Contran em nível nacional. E aí, pela primeira vez, vem a inconstitucionalidade dessa cobrança da vistoria anual para licenciamento, caro deputado Alex. Porque, se o Código de Trânsito delegou ao Contran e se o Contran não tem entre as suas determinações que a vistoria é prevista e exigida, não poderia o Detran, que é órgão estadual, instituir essa taxa.

Primeiro, porque também não cabe aos estados, é privativo da União legislar sobre matéria tributária, meu caro presidente. Essa é a primeira inconstitucionalidade prevista nessa cobrança. Ainda e mais para a frente, podemos verificar que, por se tratar do exercício de um poder de polícia próprio do estado fixando taxas para execução desse poder, ainda assim, se considerarmos que a taxa cobrada anualmente para a renovação do licenciamento fosse legal, ilegal seria novamente. Porque em se tratando de um exercício do poder de polícia tem que ser exercido pelo próprio estado, pelo próprio órgão da estrutura estadual. E não poderia, em hipótese alguma, como aqui está, seja qual for a razão da ineficiência do Detran e da Ciretran, da falta de estrutura desses órgãos, terceirizar esse serviço com a cobrança da taxa. Aí já não seria mais taxa, como não é, seria um preço cobrado pelas empresas particulares. E um preço aberto, o que é mais absurdo, deputado Rosemberg. Com essas medidas, estamos institucionalizando uma reserva de mercado para essas empresas particulares que estão a exercer uma função que é própria do estado, que é a função do exercício do poder de polícia.

Portanto, é ilegal por duas questões: primeiro, porque cabe somente e privativamente à União legislar sobre a criação de impostos. Depois, porque a taxa para licenciamento anual é ilegal, porque o Contran, que tinha a delegação do Código Tributário Nacional, não assim o determinou. E ainda é ilegal, é imoral, é criminoso, delegar a empresas privadas a função de estado para que possa, mais ainda, cobrar preços ao seu bel prazer, como se fosse uma atividade particular.

Por isso, quero parabenizar todos os deputados que defendem que essa ilegalidade seja refeita na pessoa do nobre, ilustre e competente deputado Herzem Gusmão.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o Líder da Maioria ou do Bloco Parlamentar PT, PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, falarei pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o deputado Rosemberg

Pinto por todo o tempo.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Imprensa, visitantes, deputado Luciano Ribeiro, ouvi atentamente não só V.Ex^a mas também o deputado Hérzem Gusmão sobre a questão das taxas que foram aprovadas por esta Casa. Primeiro, é preciso deixar claro, e disse hoje na comissão, que essa é uma responsabilidade desta Casa. Foi esta Casa certo ou errado quem votou esse projeto encaminhado pelo Executivo.

Então, às vezes tentamos fechar os olhos para aquilo que fazemos e tentamos colocar a opinião pública com um olhar que nada tem a ver. Ora, deputado Reinaldo Braga, foi encaminhado para esta Casa um ajuste nas cobranças dos serviços e não foi só para o Detran. O Detran foi uma parte daquilo que aprovamos aqui. Esta Casa debateu, e me lembro que fizemos alguns ajustes combinados nesta Casa, com cinco votos contrários, deputado Carlos Geilson, e V.Ex^a foi um dos votos contrários aqui nesta Casa.

Votamos aqui, inclusive nos debates que fiz com cada um dos deputados separadamente com a presença do representante da Secretaria da Fazenda e da Secretaria da Administração, verificávamos que havia uma cobrança de 200 reais para uma pessoa que queria se inscrever como despachante. E uma empresa para se credenciar, para executar serviços de vistoria se pagava também 200 reais. Foi o projeto original, e discutimos aqui que ampliássemos isso, e foi ampliado para um valor de 5 mil reais para esses casos e na renovação, 2 mil reais. Lembro-me, estava aqui quando foi aprovado.

Quero dizer, se tem algum questionamento, os deputados Hérzem Gusmão e Luciano Ribeiro podem falar isso aqui, têm condição de falar porque não estavam presentes na votação, mas nenhum outro deputado sob o respeito de que a maioria passa a ser o quê? Foi votado e aprovado nesta Casa. Podemos rever, podemos fazer novos questionamentos, mas temos que respeitar a vontade da maioria desta Casa. Digo isso com tranquilidade porque fiz uma discussão sobre a sucessão desta Casa e fui convencido pelos deputados que deveria inclusive encerrar essa questão, porque 51 deputados tinham votado contra a minha tese e eu teria que, obviamente, me submeter à vontade da maioria desta Casa e assim o fiz.

Então, estou sendo aqui coerente com o que eu defendo. Quero dizer que concordo com a intervenção dos deputados Luciano Ribeiro e Adolfo Viana no que diz respeito a não ter um teto para as empresas prestadoras de serviço. Nessa tese temos acordo. Por que temos acordo nessa tese? Porque acho que tínhamos que criar um mecanismo. Hoje, o diretor do Detran saiu convencido e ele não tem responsabilidade porque não era o gestor daquele momento, e a forma como foi contratualizada cada um dos deputados aqui desconhece. Nós pedimos transparência nisso e deve haver transparência, porque quero saber como é que foram licitadas essas empresas de vistoria, precisamos saber, a sociedade precisa saber de que maneira foi feito. Neste ponto temos concordância, e temos de encontrar um mecanismo para que seja criado um teto, para evitar que sejam cobrados valores abusivos da sociedade por esses serviços prestados por terceirizados...

O Sr. Adolfo Viana:– V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:– (...) Quero aqui dizer, deputado Adolfo Viana, que essa questão da terceirização de determinado serviço não é algo do nosso governo, é algo que já vem sendo feito desde o passado. A terceirização de serviços não é do nosso governo, não podemos fazer isso aqui, e olhe que eu sou da tese...

O Sr. Alex Lima:– V. Ex^a me permite um aparte, deputado Rosemberg?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:– (...) de que deveria ser do Estado, sim, mas estou aqui na linha da maioria dos pensadores, de um Estado pequeno, enxuto, com a iniciativa privada tratando de determinadas questões que não são papel do Estado. Se o Congresso Nacional entender que deve ser tudo com a intervenção do Estado, terá o meu apoio, porque penso dessa maneira, penso neste formato.

Então, quero aproveitar aqui, deputado Reinaldo Braga, para pautar uma questão que ouvi hoje aqui, sobre o Esporte Clube Bahia e a Arena Fonte Nova. Todos sabem do meu posicionamento, sou torcedor convicto do Vitória e conselheiro do Vitória, mas não posso aceitar, se for verdade, o que li no Bahia Notícias, a existência de um contrato entre a Arena Fonte Nova e o Esporte Clube Bahia determinando que, para jogar em outro estádio, no estádio de Pítuaçu, é preciso a anuência da Arena Fonte Nova. Primeiro, quero dizer que essa notícia me surpreende, porque o estádio de Pítuaçu é do Estado baiano, e para fazer qualquer tipo de interveniência com relação à cessão em contratos privados há a necessidade de passar por esta Casa, e não me lembro de ter visto passar aqui.

Espero que o que li no Bahia Notícias não seja verdade, porque, se for verdade, aquilo não pode acontecer, pois não se pode colocar como condição para se usar um bem público o aval da iniciativa privada. Tenho todo respeito às convenções entre a Arena Fonte Nova e o Esporte Clube Bahia, mas se, por acaso, houver dificuldades lá e se esta cláusula valer, até que se defina, vou defender, inclusive, dentro do meu querido Esporte Clube Vitória, até ceder nosso estádio para evitar constrangimento ao Esporte Clube Bahia. Não posso permitir que aconteça esse tipo de posicionamento.

Quero aqui me colocar sobre esta questão, vou defender junto aos meus conselheiros, porque isso gera crise. Defendo essa tese: não podemos misturar as coisas. O estádio de Pítuaçu é um bem público, do Estado baiano, não pode participar de nenhuma negociação entre a iniciativa privada e a agremiação Esporte Clube Bahia, se é verdade o que diz o noticiário.

Queridos deputados e deputadas, quero aqui dizer ao deputado Prisco, mais uma vez, de público, que fico feliz com a decisão que a Justiça tomou nesta tarde para garantir o total direito ao exercício da atividade parlamentar, como o direito de cidadão de ir e vir no Estado da Bahia. Tenho defendido aqui a democracia. Quando o deputado Marcelino Galo veio colocar um posicionamento, hoje... Prefiro os embates, mesmo, às vezes, duros e públicos da democracia. Manifestações de um lado e de outro, uns excessozinhos daqui e uns excessozinhos dali, mas prefiro a exposição pública da democracia à posição silenciosa da ditadura. Defendo isso como princípio, e acho que devemos como um todo validar essa posição, hoje aqui, que a sociedade

baiana já havia conferido ao deputado Prisco, de exercer o mandato em sua totalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o nobre Líder do governo ou do PSD para falar ou indicar orador.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, fará uso da palavra a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra a nobre deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, visitantes presentes às Galerias, imprensa, servidores, complementando o que o nosso presidente Alan Sanches mais cedo aqui descreveu, na visita da Comissão de Saúde e Saneamento ao município de Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza, estivemos, deputado Gika, numa policlínica. Conversamos com sua diretora, fomos ciceroneados pelo ex-secretário, deputado João Ananias, e pudemos ver um atendimento extremamente humanizado, infraestrutura de Primeiro Mundo. Pudemos também, ao conversar com os membros dirigentes, chegar a algumas conclusões de defesa da policlínica, não só as policlínicas, mas também os consórcios de saúde. Incluir o SAMU, a UPA, mas também como aumentar a demanda pelos serviços da policlínica, deputado Reinaldo Braga, que hoje preside a sessão e é médico. Temos, incrivelmente, uma oferta maior do que a própria demanda por serviços. E isso, obviamente, tem algumas justificativas, entre as quais se encontram a possibilidade de municípios ampliarem o Programa de Saúde da Família, para também marcarem esses exames, e a inclusão de alguns exames que já foram citados anteriormente, como ressonância magnética e doppler de carótida.

Vemos, deputado Reinaldo Braga, que alguns municípios não encaminham aqueles pacientes cujas cotas eles têm a possibilidade de compensar, fazendo um sistema de marcação prévia em que se identifique melhor o índice de absenteísmo. Pudemos, enfim, ao discutir regionalmente, como é a proposta da comissão, que irá visitar no dia 10 de abril a região de Itabuna, explicar esses consórcios, que são uma das ferramentas para melhorar a qualidade de saúde em nosso Estado.

O segundo motivo que me traz aqui é comemorar, pois ontem, dia 30, o governo do Estado lançou o Pacto pela Educação. Toda vez que subo a esta tribuna, digo que há setores que são suprapartidários na medida em que todos nós, nesta Casa, temos responsabilidade com o povo da Bahia, o qual representamos, para, à luz do pouco orçamento, melhorar a gestão, fazer pactos para que diminuamos os índices de insegurança da nossa Bahia, melhoraremos os índices de acesso à saúde e os índices educacionais. Quem não compreende que a educação é que verdadeiramente transforma um País, um Estado, um município, não está antenado com as reais necessidades do nosso povo.

Ontem, foi lançado este pacto pelo governador Rui Costa com a presença de mais de 300 prefeitos, inúmeros educadores, membros da APLB e do movimento sindical, deputados, vereadores, reitoras e reitores, membros da academia. É, exatamente, no entendimento de que precisamos estar unidos para fortalecer a educação.

Quem priorizar a educação no nosso Estado priorizará a cidadania.

Estava, lá também, junto ao secretário de Educação, a pessoa que apresentou a proposta de fortalecer a rede de educação, ter uma colaboração interfederativa, estado e município, fortalecer a rede estadual, criar escolas em tempo integral, fazer as pontes entre comunidade e escola, fortalecer a integração da escola com a família, porque a família tem uma parte preponderante na formação, também, do estudante.

Quando o governador Rui Costa oferece terrenos, não só para Salvador – o prefeito ACM Neto estava presente lá –, como para municípios que queiram fazer creches, porque a educação da primeira infância é um gargalo que temos de enfrentar realmente.

Quando há parcerias com a universidade, quando há o entendimento de fazermos este pacto juntos de educar para transformar, poderemos transformar, deputada Fátima Nunes, os índices educacionais do nosso Estado. Melhorando esses índices educacionais, poderemos combater a pobreza e a doença, porque, também, se faz saúde através da educação.

Uma família cuja mãe tem um grau de escolaridade, deputado Herzem Gusmão, sabe da necessidade de vacinas, sabe da necessidade do pré-natal, sabe que tem de encaminhar seus filhos. Então, se faz saúde através da educação.

Se faz segurança, também, através da educação. Vejam, se nós não incluirmos os jovens baianos que não têm oportunidade de se escolarizar, que não têm oportunidade de competir no mercado de trabalho, que não têm o primeiro estágio, que não têm o primeiro emprego, estamos colocando esses jovens, muitas vezes, nas mãos de traficantes, nas mãos de pessoas que vão, com certeza, piorar o futuro da nossa juventude. Combate-se a insegurança com a educação.

Lá, vimos talentos como o MC Feijão ou como o Galdino ao cantar música sertaneja. Descobrimos talentos nas escolas escondidos por falta de oportunidade. Vimos cultura em um Estado extremamente rico como a Bahia. Os talentos estão nas escolas e eles podem não surgir por falta de oportunidade.

O secretário Jorge Portugal disse uma frase muito interessante que ele havia lido e não se lembrava de onde: “Contra a fome, arroz e feijão. Contra a pobreza, educação. Se vamos fazer, que façamos juntos, todos nós.”

Esta Casa assume o compromisso, de forma suprapartidária, certamente, de apoiar.

O governador Rui Costa visitou escolas e disse que convidou a imprensa para conhecer as mazelas dessas escolas. Na verdade, ao apresentarmos essas mazelas, temos de consertá-las. Ao fazer críticas, temos de tentar melhorar, porque a educação, certamente, há de transformar nossos baianos em melhores cidadãos. E quando

oportunizamos a entrada deles da creche às universidades, formaremos cidadãos para o futuro.

Por fim, quero parabenizar a nossa Comissão de Saúde, presidida pelo deputado José de Arimatéia, pela audiência que marcou o Dia Mundial de Combate à Tuberculose. Quero dizer que participaram daquela audiência importantes professores, médicos, movimentos sociais das principais populações vulneráveis à tuberculose, como é a população de rua, como é a população de com DST/AIDS, como é a população carcerária.

Tiramos de lá um encaminhamento para que membros daquela comissão.

Eu e a deputada Maria del Carmen somos partes dessa comissão. Fazemos parte do GT – Grupo Técnico – formado por membros da comissão: diretores, Dr. Leandro Lobo, do Hospital Octávio Mangabeira; Dr^a Ceuci, do Hospital Couto Maia; os representantes dos programas estaduais de combate à tuberculose, como Sr^a Virgínia Perrucho, Dr^a Rosângela Palheta, Professora Eliana; os membros de movimentos sociais como o Gapa, a Sr^a Rosa, como Moisés e Javier da Unaid. Podemos sim, com esse GT, colocar em prática pequenas soluções para enfrentar o crescimento da incidência de tuberculose, para enfrentar o crescimento de DST/AIDS no nosso Estado.

Não precisamos reinventar a roda, já existe um relatório da Comissão de Saúde, Seguridade da Câmara Federal que coloca algumas questões para que nós abordemos. Temos de dialogar. E lá estava o professor Roberto Badaró que se comprometeu – ele que é infectologista – a dialogar com essa comissão. E também se comprometeu, diante do pleito daquela comissão de reabertura de 31 leitos que estão fechados no Hospital Octávio Mangabeira, deputado Luciano, de reabrir e envidar esforços junto ao secretário Fábio, que já nos prometeu, de reabrir essa oferta de leito.

Para enfrentar a tuberculose no nosso Estado, temos de nos juntar numa rede que combaterá desde a desinformação, deputado Gika, até o estigma dessa doença. Um simples paciente diagnosticado com tuberculose levado a uma UPA, pode fechar a UPA inteira por exatamente ainda haver preconceito contra a doença. Da desinformação ao estigma à melhoria do diagnóstico precoce, à detecção dos casos com infecção como são HIV, e muitos tuberculosos tem HIV, até a oferta de leitos na assistência, podemos diminuir os índices do nosso Estado.

A Bahia é o 3º estado de índice de tuberculose. Podemos juntos com esse GT, com o compromisso da gestão, com o compromisso dos movimentos sociais, dos gestores, da academia, dos parlamentares para tentar equacionar, sistematizar, soluções pequenas que farão uma grande diferença na vida das pessoas. Se tuberculose é marca de subdesenvolvimento, certamente é marca também de pobreza. Para combater pobreza através de saúde, precisamos nos unir, para de forma eficaz, propormos encaminhamentos que diminuirão o índice de tuberculose no nosso Estado.

Muito obrigada. É uma honra tê-lo de volta à presidência dos trabalhos, deputado Marcelo Nilo.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Rosemberg está propondo não falar no horário do PT e do DEM. V.Ex^{as} querem falar?

(Vários Srs. Deputados se manifestaram ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Fábio Souto pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Fábio Souto:- Sr. Presidente, eu falarei por 5 minutos; e o deputado Adolfo Viana falará por 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Fábio Souto, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Imprensa do Estado da Bahia, já vim a esta tribuna para falar sobre o aumento da energia, do pão francês, do condomínio e das escolas dos nossos filhos, e agora, venho para falar sobre o aumento dos remédios. Hoje, os remédios foram majorados de 5% a 7%. Vivemos com a inflação nacional, combustível já teve aumento duas vezes neste ano, a energia elétrica também duas vezes neste ano, temos a inflação nacional dos alimentos, do condomínio de nossas casas.

Na Bahia estamos observando os aumentos regionais. O aumento do ICMS, que gerou aumento da gasolina só no Estado da Bahia, aumento das taxas de vistoria do Detran. Quero chegar nesse assunto, deputado Adolfo Viana, deputado Luciano.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Vou lhe dar um aparte, deputado Adolfo Viana.

Vejo com bons olhos a vinda do superintendente do Detran, Sr. Maurício Bacelar. Colocamos ao superintendente que efetivamente todos nós e a Bahia estamos abismados com os níveis de aumento que aconteceram no Detran. Aumentos de 150 a 400% nas tarifas daquele órgão.

Questionei ao superintendente se ele achava justo esses níveis de aumento; ele disse que sim. Questionei sobre a conjuntura nacional, o arrocho que a população brasileira está sofrendo. Fiz esse questionamento ao superintendente, deputado Herzem Gusmão, se ele acha justo um aumento dessa magnitude. Ele disse que sim, que achava justo. Questionei, deputado Adolfo, sobre os critérios para a concessão dessas empresas terceirizadas, quais critérios o Detran utilizou para escolher João, em Jequié; José, em Feira de Santana; Terezinha, em Salvador. Ele não me respondeu, disse que em breve mandaria por escrito. Espero que envie, estamos ansiosos para saber. Se não me engano, foram 430 empresas que receberam o direito de vistoriar os carros no interior do Estado e na nossa capital. Então, ficou esse questionamento importante, saber quais critérios o Detran usou para dar essas concessões.

Concedo o aparte ao deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Eu irei fazer o aparte e cedo, também, se o presidente

autorizar, o meu tempo, que é o próximo, para V.Ex^a.

Recebemos hoje, juntos, o diretor do Detran. Todos esses questionamentos feitos por V.Ex^a não são de responsabilidade do atual diretor porque ele não estava no cargo. A partir de agora ele vai assumir as responsabilidades se der continuidade às ações que estavam sendo executadas. Como V.Ex^a muito bem colocou, quais critérios utilizados para as concessões dessas empresas que prestam serviço ao Detran? Isso realmente é uma coisa que precisamos saber.

Com relação às taxas de inspeção veicular, gostaria de saber se foram aprovadas em lei por esta Assembleia Legislativa ou se foi através de uma portaria baixada pelo governo. Gostaria de provocar esta Assembleia nesse sentido. Se foram aprovadas em lei, menos mal. Se não foram aprovadas em lei, aí temos um crime sendo cometido, e essa Casa tem obrigação de apurar, essa é a verdade.

O Sr. Herzem Gusmão:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente Marcelo Nilo, o líder da Oposição me cedeu mais 5 minutos.

Vou dar um aparte ao deputado Herzem Gusmão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mais 5 minutos para o deputado Fábio Souto.

O Sr. Herzem Gusmão:- Sugerimos que o Parlamento avalie a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade dessa medida. O que a Oposição está notando é que se trata de uma portaria, não de uma lei. Ocorre que precisamos fazer uma avaliação, porque o Estado da Bahia, o governo, está transferindo para o cidadão algo ilegítimo.

Essas são as nossas colocações, deputado Fábio Souto.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Agradeço o aparte de V.Ex^a, deputado Herzem Gusmão, assim como o do deputado Adolfo Viana.

Quero dizer que essa questão da constitucionalidade, que V.Ex^a e o deputado Adolfo Viana colocaram com muita propriedade, deve ser estudada por nós com profundidade. Isso também foi colocado aqui pelo deputado Luciano Ribeiro, advogado, homem conhecedor das leis. Tenho a certeza de que nos debruçaremos para, efetivamente, estudar com profundidade esse tema.

Outra questão que foi colocada por todos nós...

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. FÁBIO SOUTO:- V.Ex^a está inscrito, deputado Carlos Geilson.

Ninguém discutiu, deputado Rosemberg Pinto, a questão da terceirização. Ninguém se colocou contra isso. Nós colocamos o seguinte... Felizmente, o superintendente, com o bom senso que demonstrou, colocou que essa sugestão...

Hoje, há lugares em que os terceirizados cobram R\$ 120,00, R\$ 130,00, R\$ 140,00 e até R\$ 150,00. Não podemos permitir isso! Acredito que o saldo – diria que foi uma coisa importante que aconteceu – dessa reunião de hoje foi que o superintendente saiu convencido, deputado Hildécio Meireles, de que isso precisa ser

regulamentado. Não é possível, deputados Targino Machado e Carlos Geilson, que numa pequena cidade do interior haja apenas uma terceirizada, que o seu dono queira cobrar R\$ 200,00 pela vistoria e a população tenha que aceitar isso.

Presidente Marcelo Nilo, peço que V.Ex^a garanta a nossa fala.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, eu gostaria de silêncio! Deputado Bira Corôa, o deputado Fábio Souto está com a palavra. Hoje é o aniversário do deputado Zé Neto, mas vamos deixar para comemorar posteriormente.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Inclusive já dei parabéns e desejei muita saúde ao deputado Zé Neto.

Não é possível, deputado Carlos Geilson, que não haja qualquer teto para estabelecer esses preços. Graças a Deus o superintendente saiu convencido disso e disse que faria vários estudos no Detran para que haja, efetivamente, uma medida que coíba esses aumentos extorsivos de preço.

Concedo o aparte ao deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Deputado Fábio Souto, serei breve, até porque o tempo de V.Ex^a está se extinguindo.

Quero dizer que, em dezembro, nesta Casa, analisamos esse aumento das taxas. Lembro perfeitamente que cinco deputados da oposição votaram contra, inclusive eu. Hoje, o próprio governo diz que a Assembleia aprovou, mas não foi bem assim. A maioria esmagadora dos governistas votaram pela majoração dessas taxas. Eu não sou contra que haja uma correção da inflação do período, o nosso questionamento é sobre esses aumentos abusivos, absurdos e inaceitáveis.

Outra questão que V.Ex^a aborda é a forma de escolha dessas empresas. Qual é o critério utilizado para que elas sejam escolhidas? O atual diretor do Detran, Maurício Bacelar, Já encontrou a casa arrumada, e acho que é a hora de lavar a roupa suja, de ver o que está errado, o que está incorreto, porque algo é estranho nessa situação. Há um aumento abusivo das taxas, e nós queremos saber como se procede a escolha dessas empresas para fazer a inspeção veicular.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Agradeço o aparte de V.Ex^a, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Concedo o aparte ao deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Fábio Souto, como já havíamos discutido, inclusive com o nobre diretor do Detran, o que acho mais absurdo do que a própria elevação, do que próprio reajuste dos valores é o fato de as taxas serem jogadas para os terceirizados cobrarem o preço que quiserem. Pelo pouco que eu conheço de legislação tributária, é prerrogativa do governo cobrar a taxa com preços previamente definidos.

Pior do que o reajuste é o valor da taxa, como se fosse uma mercadoria no mercado aberto.

Muito obrigado, deputado Fábio Souto.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Eu reitero a colocação de V. Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Concluo, Sr. Presidente, dizendo que essas duas questões são fundamentais. Espero que o superintendente nos traga os critérios e faça, efetivamente, a vigilância dos preços das terceirizadas.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Falará, por metade do tempo, o deputado Marcelino Galo e, na outra metade, a deputada Luiza Maia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra meu querido amigo, nobre parlamentar, ex-presidente do INCRA, ex-presidente do PT, deputado Marcelino Galo pelo tempo de seis minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Nobre Presidente, quero saudar V. Ex^a que tem boa memória, lembrando o meu currículo.

Muito obrigado!

Quero saudar a todos os parlamentares desta Casa, os funcionários, a imprensa, e (Lê)“quero registrar aqui que amanhã, dia 1º de Abril, a Bahia comemora a passagem do aniversário de 34 anos do Balé Teatro Castro Alves que é a companhia de dança oficial da Bahia, criada em 1º de abril de 1981 pelo governo do Estado e mantida pela Fundação Cultural - uma unidade da Secretaria de Cultura.

O Balé Teatro Castro Alves, que tem um corpo artístico formado por 36 bailarinos, conta com mais de 50 montagens em seu repertório, sendo uma presença destacada no cenário da dança nacional e internacional.

Nosso mandato, que há três anos seguidos discute as políticas públicas de dança na Assembleia Legislativa, parabeniza o Balé do Teatro Castro Alves por sua imensa contribuição à dança e à cultura em nosso estado.

Ao mesmo tempo que fazemos esse registro, aproveitamos a oportunidade para convidar a todas e todos para a Semana da Dança de 14 a 16 de abril, com a apresentação da Mostra de Dança com apresentação de diversos grupos e escolas de dança e culminando, no dia 16, com uma Sessão Especial em comemoração ao Dia Internacional da Dança, discutindo as políticas públicas para o setor e entregando a Comenda Dois de Julho a 4 (quatro) grandes personalidades da Dança da Bahia: Carlos Moraes, Dulce Aquino, Lia Robatto e Mestre King.

Portanto. peço que inclua nos anais desta Casa o registro pela passagem dos 34 anos do Balé Teatro Castro Alves. Parabéns aos bailarinos, coreógrafos e à administração deste balé que é um importante patrimônio cultural do povo da Bahia.

Viva Balé Teatro Castro Alves!”

Tivemos também a oportunidade, na quinta-feira da semana passada – o presidente Marcelo Nilo esteve presente na solenidade – de entregar do Título de

Cidadão Baiano ao maestro Carlos Prazeres que é o condutor, o maestro principal, o curador artístico da Orquestra Sinfônica da Bahia. Foi uma solenidade na qual tivemos o privilégio de ouvir um dos maiores violinista do mundo, Pablo Villegas, que nos brindou com um espetáculo fantástico que deliciou toda a plateia.

Nessa luta política, não só partidária, a questão cultural é fundamental. É preciso que a gente zeze os símbolos da nossa terra, a terra do axé, mas que tem a música clássica, o balé, a dança como um todo. Já virou uma tradição nesta Casa essa homenagem que fazemos, com a possibilidade desta Casa ser ocupada por outro discurso, que talvez seja muito mais verdadeiro, porque é a expressão da alma através do corpo, que são as manifestações mais diversas da dança em nosso Estado.

E, aqui, homenagearmos os precursores da organização da dança em nosso Estado, fundadores do Curso de Dança da Universidade Federal da Bahia. Essas pessoas, esses artistas, verdadeiros personagens que, com sua determinação,... porque fazer cultura em nossa terra é muito difícil, apesar de ser a terra da diversidade, da cultura.

Mas nós precisamos aumentar o Orçamento para a cultura. Estamos, agora, organizando uma grande movimentação no sentido de que destinemos 1,5% do Orçamento estadual à cultura, de forma mais ampla, de nosso Estado. É preciso oferecer ao povo o luxo, a dança, o balé, a orquestra sinfônica, oferecer a possibilidade de não só participar, mas também de aprender a tocar um instrumento. Isso é o que devemos oferecer ao nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Luiza Maia, pelo tempo de até 6 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Quero, mais uma vez, registrar, Sr. Presidente, que tenho o direito de discordar e votarei contrariamente a esse aumento.

Mas o que quero mesmo, nesses poucos minutos, é falar sobre o nosso projeto para se colocar na rede, na internet, os nomes dos agressores de mulheres. Esse projeto apresentei junto com a minha assessoria. Discutimos, inclusive, um crime horroroso que aconteceu em Camaçari no dia 1º de março. Uma mulher foi assassinada por seu marido na frente do filho de 7 anos. Quando foram dar queixa na delegacia, registrar o acontecido, esse sujeito já tinha passagem pela DEAM de Alagoinhas, muito próximo da nossa cidade.

O que estamos pedindo, qual é a essência do projeto? É para o nome ir para a rede mesmo antes de que o processo seja transitado em julgado. Já estamos articulando para quando chegar na fase das emendas. Na hora em que for instaurado um inquérito, em que houver uma denúncia, o nome do agressor deve ir para a rede, com a foto dele e os dados do processo, pois acho que é mais uma medida para inibir a violência contra a mulher.

Já registrei aqui, nesta tribuna, que, em um programa na TV Câmera, disseram que 15 mulheres são assassinadas por dia no Brasil, deputada Fabíola Mansur, presidente da Comissão de Mulheres. Não é possível uma coisa dessas.

O nosso projeto tem o objetivo de inibir, assim como a Lei Maria da Penha veio para dizer que quem bate, quem agride a mulher não é só covarde, mas é criminoso, e que isso dá cadeia. Como a Lei do Feminicídio veio para dizer que homicídio de mulher agora tem nome, é feminicídio, e aumentou a pena, pois se tornou um crime hediondo.

Então, esse projeto de se colocar na rede mundial de computadores o nome do agressor da mulher, aquele que mate e agrida, é importante, é mais uma medida protetiva em apoio às mulheres. Sabemos que o cara vai pensar duas vezes: “Meu nome vai estar na rede, com o número do processo, dizendo que eu agredi às mulheres”.

Seria o que aconteceria no caso de Camaçari. Se a mulher soubesse que o cara já tinha quatro ou cinco passagens pela DEAM de Alagoinhas duvido que ela facilitasse para ele matá-la a pauladas.

Estou falando isso porque apareceu uma doutora, advogada de agressor de mulheres, tentando desqualificar o nosso projeto e fazendo uma movimentação nacional, deputada Fabíola, mobilizando todos os criminalistas do País, de universidades, para dizer que o projeto é inconstitucional e que não temos o poder, o Estado da Bahia, de legislar sobre Direito Penal. Não é Direito Penal... Melhor dizendo, não estamos legislando em Direito Penal. Estamos pedindo uma medida administrativa, medida prática. Porque o discurso da Academia, ou de quem faz a defesa de agressor de mulheres é uma questão, quem está lá é a advogada, agora, a vida prática da mulher sabemos que é de muita dureza, e a violência é uma realidade muito ruim na vida das mulheres em nosso País, em nosso Estado.

Então, é nesse sentido que venho, aqui, pedir o apoio da Comissão dos Direitos da Mulher, o apoio de todos os deputados dessa Casa para que nos ajudem a mostrar a essa bonitinha, Dr^a Taís, se não me engano... Não estou entendendo qual é o problema dela. Se ela está achando que vai perder dinheiro ao colocarmos o cliente dela na internet, dizendo que ele matou, agrediu, quebrou o braço de uma mulher é uma questão dela. Porém, ficou dizendo que o meu projeto era midiático e político. Obviamente que nós somos políticos, e aqui é uma Casa política. A fala dela, inclusive, não tem muito sentido, acho que é uma coisa descaracterizada de valor.

Então, os argumentos dela e de quem ela está movimentando para assinar esse manifesto são frágeis, não se sustentam. Estamos vendo mulheres, mesmo sob medidas protetivas da Justiça, sendo assassinadas.

Estamos pedindo a patrulha da Lei Maria da Penha, estamos pedindo o botão do pânico, que são formas de proteger a mulher. Porque foi a partir do governo do presidente Lula que começamos a ter políticas públicas para nos ajudar, pois foi na hora em que ele sancionou a Lei Maria da Penha que tivemos um avanço muito grande. Esse é um instrumento muito forte que as mulheres têm para fazer um

enfrentamento da violência.

E qual é a base? Por que o homem acha que pode bater em mulher? Alguém sabe me responder? Por que homem mata mulher, agride mulher, qual é a base disso? Na minha concepção é a história da propriedade. Mulher é propriedade de homem? O homem acha que a mulher é sua propriedade: “e se é minha, eu faço o que quero. A mulher é minha, se não quiser ficar comigo eu mato ela e ela não fica com ninguém”.

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Para eu entender o projeto de V.Ex^a. Na medida que uma mulher acusar o homem de maus tratos a senhora quer...

A Sr^a LUIZA MAIA:- Não é à medida que a mulher acuse o homem de maus tratos, não. O criminoso... O projeto diz o seguinte: vou ler: “Dispõe sobre a divulgação na internet de informações das pessoas que tenham contra si condenação criminal, com trânsito em julgado, em razão da prática de crime de violência contra mulher, ou que atente contra a dignidade sexual da pessoa do gênero feminino.”

Esse é o projeto. Hoje, já discutimos, eu e minha assessoria, para que façamos uma emenda, constando que não precise ser transitado em julgado. Abriu o inquérito, acho que o nome dele deverá ir para a rede.

O Sr. Adolfo Viana:- Isso é condenar antecipadamente, deputada!

A Sr^a LUIZA MAIA:- Não, não condeno, não. A exemplo do baralho do crime. Porque o nome de homem criminoso pode ir para a rede? Não tem lá o baralho do crime, dizendo quem são os criminosos? Quer dizer que agressor de mulher... Então, tudo para as mulheres tem que ter dificuldade? O agressor de mulher não se pode botar o nome na internet?

O Sr. Adolfo Viana:- Ali, são pessoas foragidas da Justiça.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Acho que tem que botar para que ele possa refletir e pensar que se agredir mulher ou matar o nome dele vai também – além da feminicídio, além da Lei Maria da Penha – para a rede de computador.

(Não foi revisto pela oradora nem pela aparteante.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Srs. Deputados, vamos votar aqui o projeto que está sendo muito badalado na imprensa, e eu gostaria de informar aos Srs. Deputados porque estamos colocando esse projeto em votação.

Recebi em meu gabinete, há uns 20 dias, em torno de 150 funcionários comissionados da Assembleia. Acredito que quase 200, mas 150 no mínimo. Inclusive, tive que atendê-los nos corredores, porque o meu gabinete, na Presidência, não comportava. Eles me pediam... Porque a verba de gabinete há 4 anos que não tem

aumento, e os servidores efetivos do Estado, do Tribunal de Justiça, dos Tribunais de Contas do Estado e do Município, da prefeitura, do governo federal têm aumento anualmente, enquanto eles há 4 anos não recebem nenhum aumento salarial em seus contracheques.

Quero registrar que esta Casa não tem relógio de ponto, como nenhum poder político dos estados têm. Tem a frequência, em que os chefes dos setores registram a frequência e até cortam o ponto de alguns servidores.

Os servidores dos gabinetes, das comissões, das lideranças, geralmente, quando eu estou chegando, às 8h30min, vejo vários e vários já ocupando os seus recintos na Casa. Portanto, como presidente de um Poder que tem que zelar por todos, estou defendendo o reajuste salarial dos servidores, uma reposição da inflação, nenhum centavo a mais que a inflação dos últimos 4 anos.

Esta é a Casa do contraditório, e eu respeito a opinião de qualquer parlamentar e de qualquer servidor, mas jamais na minha vida política vi um deputado, um servidor, ser contra o aumento dos servidores desta Casa.

Quero até pedir desculpas aos Srs. Funcionários por não ter dado o aumento anual como demos aos efetivos e concursados desta Casa. Não demos porque a tradição desse Parlamento, aliás, a tradição de todos os parlamentos estaduais do Brasil é aumentar a verba de gabinete quando aumenta a verba em Brasília, no Congresso Nacional.

Portanto, Srs. Deputados, vamos colocar esse projeto em votação. E quero ressaltar que sou uma pessoa que chegou a ser presidente desta Casa graças ao povo da Bahia e aos pares.

Respeito muito a imprensa. Eu acho que a imprensa neste País tem cumprido com seu papel, mas imaginei que seria enaltecido pela imprensa por dar esse aumento aos servidores desta Casa, tendo em vista, repito, que quase 200 servidores foram ao meu gabinete pedir para reparar essa injustiça.

Agradeço muito à imprensa da Bahia por ter-me dado um espaço para fazer essa defesa, porque, às vezes, a sociedade é muito mal-informada por aqueles que querem deturpar... como se o aumento fosse para os deputados. Esse aumento é para os funcionários que trabalham e que dão o suor em defesa do Poder Legislativo baiano.

Srs. Deputados, todos aqui são livres para votar. Infelizmente, o presidente não vota, porque o voto é aberto, mas se votasse eu votaria favoravelmente, porque na minha vida, no dia em que eu for contra um aumento para o servidor está na hora de sair da vida pública. Podem ter certeza que pedirei renúncia do meu mandato no dia em que eu, dentro desse Plenário, votar contra aumento para o servidor, independentemente de ser servidor do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário.

Portanto, Srs. Deputados, eu vou colocar em votação, e esta Casa é plural. O voto é aberto e o deputado tem o direito de votar contra ou a favor. Será por maioria simples. E vou esperar 25 minutos para que os deputados possam vir votar. Porque nós, parlamentares, somos eleitos pelo povo para votar com altivez, seriedade e,

sobretudo, coerência.

Sou deputado há 25 anos nesta Casa e desafio um parlamentar, desafio um colega que já viu neste Plenário eu votar contra aumento de servidor público. Fui deputado da Oposição, aliás, sou o único deputado na história da Bahia que ficou 16 anos na Oposição, meu querido Herzem Gusmão. Nunca votei contra aumento de servidor porque acho que o servidor ganha pouco, merece ganhar mais. Óbvio que temos o orçamento no Poder Executivo, no Poder Judiciário, mas esse aumento é dentro das limitações orçamentárias desta Casa.

Segurei o máximo possível, mas registro que os servidores... Não posso deixar de registrar que vários deputados me procuraram, alguns pedindo que desse aumento, outros pedindo que aguardasse. Mas coloco em votação fruto da pressão dos servidores, que me pediram que fizesse apenas justiça, porque não é possível, num momento econômico como esse, com as grandes dificuldades que atravessamos, com a inflação elevadíssima, que o servidor fique 4 anos sem aumento. Enquanto esta Casa vai cumprindo seu papel, alguns criticam para não darmos o aumento ao servidor público desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Em votação na Comissão de Constituição e Justiça.

Designo o deputado Vítor Bonfim para relatar a matéria pelas comissões conjuntas de Constituição e Justiça; de Educação, Cultura, Ciências e Tecnologia e Serviços Públicos; de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Vítor Bonfim para relatar a matéria pelas comissões conjuntas de Constituição e Justiça; de Educação, Cultura, Ciências e Tecnologia e Serviços Públicos; de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. VÍTOR BONFIM:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, passo a relatar o Projeto de Resolução nº 2.318/2015, que altera a Dotação para Despesas de Gabinete, DDG, e a verba indenizatória na forma em que indica.

Sr. Presidente, por se tratar de matéria constitucional e legal, opino, favoravelmente, pela aprovação do parecer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Vítor Bonfim.

A Sr^a Luiza Maia:- Sr. Presidente, quero discutir.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, para discutir a matéria pelo tempo de 10 minutos, a deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero apresentar a minha argumentação. Nunca votei contra aumento de servidor público! O que estamos discutindo aqui é a nossa assessoria; inclusive, já discuti com a minha

assessoria esta questão.

Lembro que, à época do episódio dos professores, eles vieram debater aqui para pedir o reajuste do piso nacional. A Casa votou contra. E eu não votei. Então, não estou jogando para a galera, como estão tentando insinuar, nem estou votando contra o servidor público.

Sou contra a aprovação de uma verba de pessoal para gabinete que já está no valor de R\$ 78 mil e que, em função do momento e da crise política em que vivemos, não é este o instante mais adequado, Sr. Presidente.

Então, não estou aqui tentando jogar para a galera. Não estou querendo aparecer. Estão tentando desqualificar a minha atitude. Esta Casa é democrática. Tenho o direito de expressar a minha opinião e vou expressá-la na hora em que for necessário.

Votei contra o meu governador à época da discussão dos professores. Votei com minha consciência e com a minha categoria, apesar de reconhecer naquele momento que a situação era outra, mas que a condução do projeto foi equivocada.

Então, na hora em que tenho de defender o que acredito, ninguém me segura. Isso faz parte da democracia.

Estou votando contra o aumento da nossa verba de pessoal, que já é alta. E se dividirmos esse montante pelos 23 assessores, não será um salário pequeno.

Quanto ao servidor de carreira e ao servidor público que tem acesso ao seu trabalho através de seu esforço individual e através de concurso público, sempre apoiei e vou continuar apoiando.

Este não é o momento propício. Esta Casa precisa se aproximar do povo. Se votássemos contra o nosso aumento de 20 para 25% e contra este aumento da verba de gabinete, seriam medidas que poderíamos fazer como um gesto para a nossa sociedade.

A Sr^a Fabíola Mansur:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a LUIZA MAIA:- Presidente, V.Ex^a é próximo a um instituto de pesquisa. Sugiro pesquisar para ver qual é a opinião da sociedade sobre os parlamentares. O exercício da política, no País, está sendo muito desgastado. Inclusive, há uma parcela da grande mídia que faz esta confusão e faz isso constante e diariamente para prejudicar a prática da política que, ao meu entender, é a atividade mais nobre do ser humano.

Então, precisamos nos aproximar do povo. Desde o primeiro momento em que cheguei a esta Casa, apresentei o voto aberto e foi um pouco nesse sentido. Todas as minhas proposições têm esse objetivo. Apresentei o projeto da tribuna popular, pois esta é, também, uma forma de fazer com que possamos ouvir a sociedade e os movimentos organizados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de prorrogar a atual sessão ordinária por mais uma hora no máximo.

Os Srs. Deputados que aprovam esta proposta permaneçam como se

encontram. Aprovado.

Retorno a palavra à deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- A minha justificativa é esta.

Entendo que o momento não é propício visto o País estar passando por uma crise. E, observem, esta não é uma crise causada pelo nosso governo, pela nossa presidenta, mas é uma crise do sistema capitalista que todo mundo sabe que vive em crise. Este não é o melhor momento para proceder a qualquer aumento.

As pessoas não vão aplaudir tampouco apoiar esta nossa decisão.

Por isso, aproveito ainda alguns momentos que tenho, para fazer mais uma vez um apelo a esta Casa para que revejamos, assim como V.Ex^a reviu a verba para o ouvidor, o procurador e para o corregedor e retirou os R\$ 60 mil de verba para esses cargos. Acho que ainda temos tempo de rever e voltar atrás, porque acho que vai ser um gesto bom para nós, para o nosso prestígio com a sociedade, para a nossa credibilidade e também para o momento em que vivemos. É dinheiro público que estamos administrando.

Com o aparte a deputada Fabíola.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Deputada Luiza, quero concordar com parte do seu discurso. Inicialmente, também tive dúvidas do meu voto, mas tudo na vida nós temos que ponderar, porque a política é a arte da ponderação. Inicialmente tínhamos o compromisso de não haver suplementação orçamentária. Segundo o deputado presidente da Casa, haveria de cortar na própria carne e que seria um aumento para servidores, não é um aumento para os deputados e entendendo e encontrando servidores e outros deputados mais antigos cuja reposição de quatro anos não foi feita e que está dentro da legislação...

Realmente, vivemos uma crise econômica. V.Ex^a tem razão e tem minha solidariedade. É um momento inoportuno? Sim, mas ponderando por outro lado que nós estamos beneficiando servidores e não mandatos de deputados, servidores que não têm reposição há quatro anos e que está dentro da legislação, eu terminei me convencendo de que isso não era um procedimento, um voto que não seria justificável. É importante que tenhamos posições aqui que consigamos justificar por que votamos.

Quero dizer também, deputada Luiza, que respeito muito V.Ex^a, e como defensora também do voto aberto que sou na Casa de onde vim – sou ex-vereadora e lá apresentei um projeto do voto aberto – acho fundamental que possamos nesta Casa, que é plural, cada uma manifestar a sua posição, porque isto, sim, a gente deve à população: manifestar e dizer os motivos por que votamos de uma determinada forma ou de outra. Mas acho que devemos votar com a nossa consciência e após a ponderação de vários fatos. Depois de ponderar, fui convencida de que, não havendo suplementação, cortando na carne com cortes de bolsas, de verbas, de diárias e por ser realmente aumento para servidores, eu também sou uma defensora de se aumentar servidores.

Portanto, fico mais confortável, menos constrangida de votar favoravelmente a

esse aumento para o servidor sem comprometer o Orçamento do Estado que vive, sim, uma crise econômica com a qual todos nós devemos nos solidarizar e pactuar para fazer disso uma economia para conseguir levar à frente os grandes programas sociais que precisamos ter na saúde, na educação e na segurança pública.

Quero dizer que a Bahia é um Estado de dimensões gigantes. Se temos... Eu como deputada novata não tenho nenhum assessor que precise de reposição inflacionária, mas digo que, como V.Ex^a trabalha muito, é uma deputada qualificada, temos, sim, demandas de, ao interiorizar nossos mandatos, poder ter a possibilidade de ter novas pessoas que se agregam, se incorporam a esses novos servidores e que vão, juntos conosco, defender as causas e os projetos para esta Bahia enorme que temos.

O desafio é muito grande. É uma votação difícil, num momento difícil, mas acho com muita clareza quando explicamos nossas posições e os porquês... Acho que a Casa é plural. Democracia é isso, deputada Luiza.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Agradeço e incorporo uma parte do seu discurso e outra não. (Risos.) Mas quero só dizer a V.Ex^a que inclusive... (Risos.) (Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.) Claro, porque não concordo com que ela falou, que vai votar favoravelmente. Sou contra e estou declarando meu voto aqui.

Quero dizer também, para rebater um pouco os ataques, as pressões, os “emparedamentos” se não recebo as verbas, se recebo, se abro mão... Isso para mim não é o problema e nem é o debate. Está aqui na minha mão a minha verba indenizatória. Quando eu tenho condições de usar toda, eu uso, quando não tenho, fica sem usar. Está aqui para quem quiser ver. Acho que quem está me atacando de que estou jogando pra galera e que estou fazendo isso e depois sou a primeira a pedir... Estou discutindo com a minha assessoria, porque, volto a repetir, não é servidor público, são os nossos assessores.

Além disso, quero pedir a minha assessoria, se estiver me ouvindo, que me traga aqui... Estou no quinto ano de mandato aqui nesta Casa, acho que não foi... Quando entramos aqui a nossa verba de gabinete não era R\$ 78 mil. Então, já houve um aumento aí, já houve um reajuste. Precisamos ver isso, inclusive nas comissões.

O debate é salutar, respeito quem votar contra a minha opinião, mas volto a fazer este apelo, e não estou fazendo aqui demagogia nenhuma. Quero registrar que quando fui presidente da Câmara de Camaçari, em duas legislaturas, porque lá é proibida a reeleição, eu devolvi para o município de Camaçari R\$ 15 milhões. Alguns deputados se estressaram comigo, mas eu sempre tenho a ideia de que dinheiro público se gasta com qualidade e com transparência.

Então, não é nenhuma novidade, não estou aqui jogando para a plateia, estou sendo muito sincera e muito franca, porque acho que ninguém pode impedir o direito das pessoas falarem. Ninguém me bota cabresto, não tenho papas na língua, o que eu penso, eu digo, e acho que democracia é assim.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora nem pela aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, servidores, me senti, como Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, na obrigação de vir aqui para debater esse tema. Primeiro, queria dizer que tenho um grande respeito pela deputada Luiza Maia, minha amiga de longa data. Deputada Luiza, V.Ex^a tem total independência de se posicionar, desde que a Bancada do Partido dos Trabalhadores não tenha debatido o tema. E quero dizer aqui, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que nós debatemos esse tema e que não foi nessa direção que a deputada Luiza Maia apresentou aqui. Quero dizer que a deputada deveria, no mínimo, respeitar a posição da sua Bancada e não colocar uma posição individualizada, que isso não é a forma democrática de se posicionar. (Palmas.)

Quero dizer às deputadas e aos deputados aqui que me dói muito, deputada, ter de dizer isso de V.Ex^a, minha companheira, amiga. Mas não posso, como Líder da Bancada, deixar a Bancada desautorizada. A Bancada do Partido dos Trabalhadores se reuniu e foi pautado esse tema pelo deputado Zé Raimundo. Nós debatemos a questão e não tomamos essa posição que foi apresentada pela deputada Luiza Maia.

Fizemos um debate, entendemos o momento, é lógico que é um momento político difícil e é um momento difícil na economia. Mas não podemos utilizar esse discurso como uma forma de não verificar o alinhamento em que estamos nos posicionando a partir dessas relações internas no que diz respeito aos deputados. Aqui nós tomamos uma posição, seguindo o Congresso Nacional, de redução do 14º e do 15º salários. Tomamos todas as posições orientadas no plano nacional. E foi nessa orientação no plano nacional que veio também essa questão do reajuste nas verbas dos gabinetes.

E nós entendemos que, se tivéssemos, deputada Luiza Maia, de fazer esse debate aqui, seria sensato fazê-lo quando se estava debatendo o reajuste para os deputados, e não para os servidores. Aí seria extremamente sensato. E nós estamos com os nossos salários reajustados, e esse debate não esteve aqui nesse posicionamento.

Quero dizer que o reajuste que será feito a partir dessa votação será o reajuste para atender à demanda dos servidores dos gabinetes. E aqui quero dizer o seguinte: sinto-me na obrigação de fazer essa defesa porque nós tomamos aqui, o presidente da Casa convocou os deputados, uma posição conjunta, não foi uma posição isolada da Presidência. Todos foram convocados e aqueles que não participaram da reunião terão, obviamente, de se submeter à posição majoritária, é assim o processo da democracia.

Disse, nesse instante, e não estava fazendo demagogia, que na intervenção que fiz em relação à votação das taxas, que os deputados Luciano Ribeiro e Herzem Gusmão questionaram: a decisão foi tomada pela Casa, e a minoria deve respeitar a

vontade da maioria. Então, na nossa Bancada, a minoria tem posições divergentes, não há problema, mas deve respeitar a posição da maioria.

Quero aqui dizer, Sr. Presidente Marcelo Nilo, que a orientação da nossa Bancada nesse sentido é votar pelo reajuste dos servidores, conforme foi apresentado por V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a Luiza Maia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputada Luiza Maia.

A Sr^a Luiza Maia:- Sr. Presidente, quero dizer ao deputado Rosemberg que no dia em que se votou o aumento de deputados, a pauta não chegou ao nosso gabinete, eu estava doente, foi o único dia em que faltei desde que começaram as sessões. Estou aqui com as minhas presenças, porque V.Ex^a fica dizendo que sou a mais faltosa, e eu não sou. Não ia haver votação, foi uma votação que surgiu no dia, e por esse motivo eu não estava aqui e não participei do debate. Já tinha colocado a minha posição na imprensa, deputado Rosemberg, não pude ir à reunião da Bancada e já tinha expressado a minha opinião. Agora não tenho condições de voltar atrás do que eu já tinha defendido. Eu discordo. Não tenho duas palavras e duas opiniões, a minha opinião é essa, a minha defesa é essa, o meu argumento é esse e o meu voto é esse.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, tenho de dizer que nós, deputados, recebemos um aumento de 25% no final do ano passado e eu não vi nenhum parlamentar nesta Casa ser contra o nosso próprio aumento. No momento em que chega a hora do aumento dos funcionários, tem deputado que fica contra. É a favor do próprio aumento, mas de quem lhe serve é contra? Queria questionar porque é estranho e é uma posição diferente da minha, porque o que defendo para mim defendo para os outros.

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, serei breve.

É importante que todos estejamos presenciando este debate, é salutar. Entretanto, ainda bem que há várias pessoas da imprensa e espectadores da TV Assembleia que estão nos assistindo. Esse conjunto de funcionários passa os 4 anos percebendo tão-somente aquilo que percebiam no início da legislatura. Não é justo. E aí é simples: quem não concorda não usa o aumento, e acabou.

O Sr. Jurandy Oliveira:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Jurandy

Oliveira.

O Sr. Jurandy Oliveira:- Complementando o raciocínio do nobre deputado Adolfo Viana, não tivemos um aumento de 25%, tivemos um aumento de 5% em 4 anos. Vinte e cinco por cento foi o total do aumento, dividido em 4 anos, o que deu 5,5% ao ano.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encerrar e deixar bem claro, o aumento dos deputados esteve na Ordem do Dia e foi noticiado durante 8 dias na imprensa e ninguém se prontificou a criticar. Só para dizer que não coloquei na Ordem do Dia aqui aumento de deputado porque tenho um respeito muito grande pela imprensa. Jamais daria um aumento aos deputados se não avisássemos antes.

Noticieei na imprensa dizendo que tal dia íamos colocar em votação. Portanto, o aumento dos deputados aqui transitou durante muitos dias, nos gabinetes de todos os parlamentares, inclusive, noticiamos pela imprensa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação. Quem aprova o relatório do deputado Vítor Bonfim sobre o aumento da verba de gabinete e da verba indenizatória. Quem vota no parecer, vota SIM. Nas Comissões.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado à unanimidade.

No Plenário. Em votação. Através do computador. Quem é favorável, vota SIM. Quem é contra, vota NÃO.

A votação é aberta. Vou aguardar 25 minutos.

(Os Srs. Deputados registram seus votos no painel eletrônico.)

Quero lembrar aos Srs. Parlamentares que nós acabamos o 14º e 15º salários. Reduzimos o recesso de 90 para 60 dias. Suspendemos as bolsas de estudos. Gostaria inclusive, de parabenizar os deputados que liberaram o aumento para os funcionários das Comissões. Esse aumento é apenas para os gabinetes. Seria automático para as Comissões e para as lideranças, e esse aumento não foi dado. É só para os gabinetes.

(Continua a votação.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, V. Ex^a falou que iria aguardar os 25 minutos. Eu quero fazer só uma questão ordem e dizer que os deputados de Pernambuco iniciaram um movimento “União Pelo Nordeste”, que vai debater as questões hídricas de todo o Nordeste. Eles estiveram presentes aqui em uma audiência pública.

Sr. Presidente, queria a tenção de V.Ex^a, deputados de Pernambuco iniciaram o movimento União pelo Nordeste, que vai debater os problemas hídricos de toda a região. Eles visitaram esta Assembleia Legislativa em uma audiência pública em que esteve presente eu e outros parlamentares que aqui se encontram e foi presidida pelo deputado Vítor Bonfim. Eles buscam a união de todas as assembleias legislativas do

Nordeste.

Como sugestão, na audiência pública, esta Assembleia ficou de encaminhar 4 nomes, 2 pela Oposição e 2 por parte do governo. Gostaria que V.Ex^a indicasse esses nomes para que tenhamos a competência e a responsabilidade para representar a Assembleia do Estado da Bahia nesta união que vai, sem sombra de dúvida, ajudar o nosso Nordeste a se desenvolver e buscarmos no governo federal os recursos para ajudar o nosso semiárido.

O Sr. Zó:- Sr. Presidente, Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Questão de ordem do deputado Zó.

O Sr. Zó:- Sr. Presidente, só queria registrar que essa escolha foi bem democrática. Lá estavam os líderes da Oposição e da Situação. Foram escolhidos na comissão 2 deputados da Situação e 2 da Oposição: eu e o deputado Eduardo Salles pela Situação e os deputados Adolfo Viana e Luciano Simões Filho pela Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quem são os deputados indicados?

O Sr. Sandro Régis:-Adolfo Viana e Luciano Simões Filho.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou nomear a comissão.

Vou encerrar a votação.

Resultado: aprovado o Projeto de Resolução nº 2.318/2015. Sim – 54. Não 1. Portanto, foi aprovado e vamos promulgar. **(Publicado no DL em 02/04/2015)**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*